



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 129

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 11 DE OUTUBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 15ª REUNIÃO, EM 10 DE OUTUBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de quorum para abertura da sessão.

1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — EXPEDIENTE DESPACHADO

2.1 — MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— Nº 456/86 (nº 635/86, na origem), de agradecimento de comunicações.

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 15ª Reunião, em 10 de outubro de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Arno Damiani

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Helvídio Nunes — João Lobo — Carlos Alberto — Amir Gaudêncio — Luiz Cavalcante — Mata-Machado — Arno Damiani.

O SR. PRESIDENTE (Arno Damiani) — A lista de presença acusa o comparecimento de 7 Srs. Senadores. Não há, portanto, número regimental para abertura da sessão.

Nos termos do § 2º do art. 180 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado independentemente de leitura.

A Presidência designa para a sessão ordinária da próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões

O SR. PRESIDENTE (Arno Damiani) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 50 minutos.)

EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 180 DO REGIMENTO INTERNO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicações:

Nº 456/86 (nº 635/86, na origem), de 9 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens

Presidenciais nºs 160, 167, 180, 349, 435, 442, 446, 457, 460, 463, 464, 467, 479 e 525, de 1986.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

(*) Ata da 2ª Reunião, realizada em 15 de maio de 1985

Às 10 horas do dia 15 de maio de 1985, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Regionais, na Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal. Comparecem os Senhores Senadores: José Lins, Presidente; Cesar Cals, Virgílio Távora, Lomanto Júnior e Cid Sampaio. Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador João Castelo. O Senhor Presidente, Senador José Lins, ao constatar a existência de quorum regimental para abertura, declara instalados os trabalhos da presente reunião, que se destina a receber, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Regionais, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Interior, Doutor Ronaldo Costa Couto, para proferir palestra sobre as enchentes que estão assolando o Nordeste brasileiro. A Presidência concede a palavra ao Senhor Ministro Ronaldo Costa Couto que usa da palavra para discorrer sobre as enchentes que ocorrem no Nordeste. Após sua breve explicação, o Senhor Ministro, Doutor Ronaldo Costa Couto, se coloca à disposição da Presidência e dos Senhores Senadores presentes para o fim de debater o assunto

(*) Republicada por haver saído com incorreções no DCN (Seção II), de 30-10-85, página 4214/15.

constante da pauta. Franqueada a palavra, usam da mesma o Senhor Senador Cesar Cals, que aborda assunto de distribuição de sementes, alimentos, medicamentos, bem como o plano de recuperação das malhas rododiferroviárias do Nordeste, bem como tratamento especial para com os devedores de impostos e taxas relacionadas com a agricultura. Em seguida, usa da palavra o Senhor Senador Cid Sampaio, tratando dos problemas dos produtos agrícolas e dos preços mínimos à produção agrícola, além das endemias que, constantemente, assolam o nordestino, e os incentivos para que possam ser instaladas ou mantidas as indústrias de base no Nordeste. Como terceiro debatedor, usa da palavra o Senhor Senador Alberto Silva, que tece considerações sobre a possibilidade da PETROBRÁS em financiar a matéria-prima asfalto do DNER, para que sejam recompostas as estradas federais e estaduais, bem como as vicinais, em convênio com os departamentos estaduais de estradas de rodagem, em vista de ter a PETROBRÁS enorme estoque da matéria-prima, que poderia ser financiada a longo prazo pela PETROBRÁS, sugerindo, ainda, ao Senhor Ministro de Estado o assentamento do homem do campo às margens dos açudes que, com essa medida, poderia haver uma colheita de quatro safras/ano, bem como o refazimento das unidades habitacionais em zonas mais seguras das regiões ribeirinhas aos açudes e rios do Nordeste. Como quarto debatedor, usa da palavra o Senador Lomanto Júnior, que demonstra a sua ceticidade quanto à chegada de recursos para o Nordeste, afirmando que, enquanto o Executivo Federal determinou recursos à construção da Itaipu, dez por cento desses recursos correspondem à

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

destinação de verbas para o Nordeste durante setenta anos, vislumbrando, no máximo, uma tênue luz ao final de um imenso túnel, que traga, na realidade, soluções para o Nordeste brasileiro, conclamando o Senhor Presidente da República a resgatar a dívida que o País tem para com o nordestino. Passa a usar da palavra o Senhor Senador Carlos Alberto, que disse acreditar na possibilidade do Nordeste, mas inaceitando a prática de uma política paternalista com relação ao Nordeste, porém que se dê à região apenas o que de direito tem, visto ser uma região que é alta produtora de petróleo, geradora de divisas para a nossa balança de pagamentos com o exterior, solicitando, ainda, ao Senhor Ministro de Estado que não venham mais ocorrer, que seja, o selamento dos poços abertos pela PETROBRÁS em busca de petróleo, frisando que tal prática é prejudicial à região e, em convênio com o Ministério das Minas e Energia fossem buscados recursos para o aproveitamento dos poços que gerassem água, em virtude de as cooperativas e os particulares não terem recursos para tal medida. Usa da palavra o Senador Virgílio Távora, que informa ter também percorrido o Nordeste, verificando o estado de promiscuidade entre os nordestinos, vítimas do presente flagelo, constatando, dentre outros, a falta de alimentos, de medicamentos, constatando o racionamento de tudo, o devastamento de plantações, preocupando-se o Senador cearense com o grau de assistência a ser prestada aos flagelados, concluindo por apelar ao Ministro do Interior que, em ação conjunta com o Ministério das Minas e Energia recupere a malha rododotográfica do Nordeste. Após o último orador, usa da palavra o Senhor Senador José Lins, dirigindo-se ao Ministro Ronaldo da Costa Couto, com observações sobre as conclusões dos Senhores Membros da Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal, dentre os quais figuram alguns ex-governadores de Estado do Nordeste, sintetizando todo o debate com o Ministro do Interior. A Presidência, na oportunidade, registra a presença do Deputado Wald Ferraz, bem como a presença do Senhor Coordenador da Assessoria Legislativa do Ministério do Interior, Doutor João Rocha. Antes de declarar encerrados os trabalhos, o Senhor Presidente determina a mim, Luiz Fernando Lapagesse, Secretário da Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal, seja lavrada a presente Ata, a qual, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e publicada com a íntegra do apanhamento taquigráfico, devidamente autorizado por Sua Excelência.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS, REALIZADA AOS QUINZE DIAS DE MAIO DE 1985, RELATIVA À PALESTRA PROFERIDA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, DOUTOR RONALDO COSTA COUTO, SOBRE O TEMA "SECAS E ENCHENTES NO NORDESTE BRASILEIRO", QUE SE PUBLICA DE-

VIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador José Lins

Vice-Presidente: Senador Alberto Silva

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Declaro aberto os nossos trabalhos.

Foi feito um convite ao Ministro Costa Couto para falar sobre a situação atual do Nordeste, que não é desconhecida por nenhum de nós.

O Nordeste, depois de 5 anos de seca, atravessa período de extrema dificuldade, já agora em função das chuvas torrenciais que têm caído na Região, com enchentes que deslocaram um milhão de pessoas em diversos Estados. O Sr. Ministro tem mandado para o Senado, inclusive para mim pessoalmente, relatórios a respeito da situação dos vários Estados, o número de desabrigados, ajudas que têm sido dadas pelo Governo federal. Mas, na realidade, extrapola de muito as cifras indicativas desses números e têm um sentido de extrema gravidade. A gravidade está no entendimento da questão nordestina, já que enchente e seca são duas coisas contraditórias. Os técnicos já chegaram à conclusão de que no Nordeste não falta água. O que falta é uma política consistente de aproveitamento dessas imensas massas líquidas que são perdidas na Região, para que possam ser aproveitadas nos momentos oportunos, quando as chuvas escasseiam e rareiam.

Foi com o objetivo de dar a esta Comissão a oportunidade de dialogar com o Ministro a respeito dessa questão e informar-se sobre a realidade criada pelas enchentes que fizemos o convite e S. Ex^a aceitou com o maior desvanecimento. Infelizmente, não foi possível esta reunião ser realizada há cerca de 21 dias, como pensávamos, mas não passou jamais a oportunidade deste encontro. Para isto dou a palavra ao Ministro Costa Couto.

O SR. COSTA COUTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estava prevista a nossa presença aqui há 3 semanas, mas deu-se o fato doloroso da perda pelo País do Presidente Tancredo Neves. Naquela ocasião, conversamos com o Senador José Lins e decidiu S. Ex^a que deveríamos adiar a nossa presença aqui, o que muito me honra neste momento. Foi com satisfação que aceitei o convite do eminente Senador José Lins para estar aqui na Comissão de Assuntos Regionais.

O tema que me propôs S. Ex^a foi as enchentes no Nordeste e a questão do programa de recuperação que está sendo elaborado pelo Governo da Nova República. Todos os Srs. sabem que o Nordeste, antes das enchentes, vinha de um penoso período de secas que durou 5 anos e a Região padecia enormemente com esse fenômeno.

Está aqui o nosso Senador Cesar Cals, que ajudou muito o Nordeste nessa ocasião e eu, que estive presente

na SUDENE nos dois últimos anos, pude testemunhar os esforços que S. Ex^a desenvolveu, como Ministro das Minas e Energia de então.

Toda a Nação acompanhou a incidência das fortes e persistentes chuvas que se abateram na Região Nordeste nos primeiros meses do ano, provocando cheias que desabrigaram expressivo contingente de pessoas, inundando extensas áreas de terras destinadas principalmente à cultura de subsistência, além de danificarem parte da infra-estrutura econômica e social da Região.

No Nordeste, mais do que em outros lugares do País, o rio é a própria vida. Em torno dos rios, situam-se as chamadas populações ribeirinhas, muitas vezes em moradias precárias e é em torno dos rios que se encontra a maior parte das terras férteis, onde se desenvolve a agricultura de pequena, média e grande escala.

O fenômeno das enchentes atingiu a população não só no que diz respeito à moradia, mas atingiu a própria atividade econômica, danificando e comprometendo lavouras inteiras, comprometendo também a infra-estrutura física do Nordeste, que não foi desenhada nem executada para atender a dilúvios. Muito antes, no planejamento sobretudo de obras públicas no Nordeste, o que se leva em conta é a seca e não a enchente no nível que ocorreu. Pode-se, inclusive, afirmar que essa calamidade talvez tenha sido a maior já ocorrida no País, superando mesmo a que assolou a Região Sul do Brasil nos últimos anos.

É preciso destacar que sem a participação estreita e a conjugação de energias entre os Governos federal, estaduais, municipais e sem o apoio das comunidades e de suas lideranças não teríamos conseguido melhorar, nos níveis alcançados, o sofrimento de milhares de famílias que tudo ou quase tudo perderam sob o impacto das águas. Desde o primeiro momento, o Ministério do Interior, cumprindo orientação superior do Presidente José Sarney, prestou todo o auxílio às populações atingidas. Todas as providências foram e continuam sendo adotadas nessa fase inicial, que foi de socorro e assistência, levando-se abrigo, alimentos, medicamentos, agasalhos, artigos de higiene, enfim, tudo aquilo necessário para o atendimento aos flagelados, além de outras medidas de apoio ao pequeno produtor rural, em face das grandes perdas que mencionei, ocorridas nas lavouras.

Providenciamos, simultaneamente, a alteração do Fundo Especial para Calamidades Públicas — FUNCAP — Objeto do Decreto nº 91.198, de 16 de abril último, com o que foi possível ampliar o universo de atenção e proteção das coletividades afetadas pelas cheias. Tratou-se da inclusão particularmente de artigos de higiene e de alguns tipos de medicamentos que não estavam previstos antes. A nível do volume de recursos, nesse período emergencial, foram repassados, via SUDENE, 51,5 bilhões de cruzeiros, já estando em andamento a entrega de mais 39,5 bilhões de cruzeiros, num total de 91 bilhões de cruzeiros de apoio financeiro, so-

mente nessa etapa de assistência é socorro à população atingida.

Com respeito à população atingida, devo dizer que o número supera um milhão de pessoas que estão sofrendo as consequências das enchentes diretamente no universo dos Estados do Nordeste. Eu me refiro a desabrigados, a pessoas que perderam suas casas.

No Nordeste existe um mecanismo de solidariedade muito intenso, que os senhores nordestinos aqui presentes sabem. A população atingida é, portanto, bem superior aos 950 mil que consta do relatório que passei a V. Ex^{as}. É que no Nordeste as pessoas desabrigadas alojam-se em casas de parentes, em casas de amigos. Os laços de solidariedade são muito fortes.

Calculam os Srs. Governadores que a população que perdeu suas casas está em torno de 1 milhão e 400 mil pessoas. A população desabrigada, a população que está em barracas, em prédios públicos, é da ordem de 950 mil pessoas, como consta do relatório que estou entregando a V. Ex^{as}. O fenômeno atingiu 300 mil municípios do Nordeste. Esses municípios situam-se no Norte do Estado da Bahia até o Estado do Maranhão, ou seja, o fenômeno foi geral, atingiu todos os Estados da Região e de forma mais intensa o Ceará, o Piauí, o Maranhão e o Rio Grande do Norte.

Não sei se seria de interesse da Comissão, dos Srs. Senadores, mas quero mencionar, rapidamente, um relato sobre o mecanismo de distribuição de alimentos e medicamentos, centralizado em cada Estado, nas chamadas coordenadorias estaduais de defesa civil, sob a supervisão da Coordenadoria Regional de Defesa Civil, sediada na SUDENE. Esse mecanismo funcionou muito bem. Pode ter havido alguma falha, mas foi mínima perante o volume de atividades desenvolvido e diante da área enorme em que o fenômeno ocorreu. No Nordeste tem sido unânime o elogio à forma como atuou a defesa civil, tanto a defesa civil de nível nacional como as estaduais e as locais. A solidariedade humana foi a regra básica.

A COBAL forneceu alimentos às coordenadorias estaduais, com interveniência dos escritórios regionais da SUDENE. No tocante à aquisição de medicamentos foi feita no mercado, a maior parte através da CEME. Não subordinamos a ação do Nordeste em especificações burocráticas. Como se tratava de salvar vidas, esse objetivo foi colocado acima de qualquer exigência formal, ficando os acertos burocráticos para serem feitos posteriormente, o que terminou ocorrendo, sem que nenhuma irregularidade fosse praticada.

Dadas as dificuldades de acesso a numerosas localidades, a defesa civil teve que se utilizar de barcos, helicópteros e aviões, tanto para distribuição de medicamentos quanto para o atendimento de pessoas doentes ou ainda para operações de resgate. Os Ministérios da Aeronáutica, Marinha e Exército, PETROBRAS e outras entidades públicas e privadas, nos três níveis de Governo, prestaram colaboração inestimável nessa tarefa de socorro que permitiu salvar muitas vidas.

Superada a fase de socorro e assistência à população, ela persiste mas agora na estiagem. As chuvas cessaram. Já se pode dizer que, no Nordeste, o fenômeno chuvas anormais, V. Ex^{as} verão no relatório já não estão ocorrendo em escala desesperadora. Mas, a estiagem não devolve as moradias danificadas, as moradias perdidas, não reconstrói as estradas, etc. O Governo federal não podia nem pode deixar agora de prestar a assistência que o Nordeste precisa.

Está sendo feito, sob a coordenação do Ministério do Interior, e deve ser concluído até sexta-feira próxima, o programa de recuperação do Nordeste. Esse programa será executado diretamente pelos órgãos federais que atuam na região, pelos Ministérios, e será executado, no que couber, também pelos governos estaduais, mediante repasse de recursos federais a governos municipais, quando for o caso. Está envolvendo esforços do Ministério do Interior, como já mencionei, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, Transportes, Agricultura, Educação, Saúde e Desenvolvimento Urbano, particularmente dessas áreas.

Para simplificar e ganhar tempo, a fim de que a recuperação não chegue atrasada, houve um acordo entre o Senhor Presidente da República e os Ministros, de modo que as propostas recolhidas dos governos estaduais e municipais estão sendo consolidadas num pensamento

único, que está sendo examinado simultaneamente pelo Ministério do Interior, Fazenda e Planejamento. Não mais se aguardará que o Ministério do Interior complete a sua avaliação para depois enviar para nova avaliação à SEPLAN e, finalmente, chegar ao Ministério da Fazenda para liberação de recursos. Isso está sendo feito em conjunto e tenho fundadas esperanças de que esse programa possa ser anunciado, criado e provido de recursos, ainda no decorrer da próxima semana, pelo nosso Presidente José Sarney.

Fundamentalmente, esse programa de recuperação envolve obras na malha rodoviária, que foi extremamente prejudicada no Nordeste, em habitação, em vias públicas urbanas, no sistema de abastecimento de água, serviços sanitários em hospitais, escolas e prédios públicos e também na área de crédito rural e insumos para plantio.

Com relação a insumos para plantio, devo dizer que já nos antecipamos e estamos, através dos governos estaduais, fornecendo sementes aos produtores. Foram liberados 16 bilhões e 800 milhões de cruzeiros do FINSOCIAL para fornecimento de sementes porque, como bem sabem os Srs. Senadores do Nordeste, após a enchente é possível, devido à umidade da terra, obter uma maior safra e o que é melhor o lado bom —, toda crise tem o seu lado bom não só estamos viabilizando a nova safra, mas também estamos proporcionando empregos exatamente à população mais atingida, porque essas lavouros, em termos de espaço físico, coincidem com as áreas mais atingidas.

Esses programas, que estão em fase final, contemplam obras da natureza que mencionei nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia. A expectativa é de que o Governo Federal aplique em investimentos de recuperação da infra-estrutura do Nordeste, em transferência dos Estados e Municípios para que também realizem as obras que lhes competem, num valor superior a dois trilhões de cruzeiros, num horizonte inferior a 12 meses.

Estas, Sr. Presidente, meu caro amigo Senador José Lins, as considerações que gostaria de fazer, a título inicial e coloco-me à disposição de V. Ex^a para eventuais esclarecimentos complementares.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Feita a exposição do Sr. Ministro, passamos à fase dos debates. Com a palavra o Senador Cesar Cals.

O SR. CESAR CALS — Sr. Ministro, Sr. Presidente da Comissão, meus companheiros de Senado, quero, inicialmente, agradecer ao Sr. Ministro as referências que fez, quando ele era conselheiro da SUDENE e eu Ministro das Minas e Energia, procurava fazer projetos especiais para o Nordeste.

Sr. Ministro, também quero cumprimentar V. Ex^a pela sua exposição clara, sucinta, em que os principais aspectos foram abordados. Acho que o Presidente da Comissão, Senador José Lins, foi muito feliz em insistir nesta reunião, com plena aquiescência de V. Ex^a, antes de ser feito o programa de recuperação do Nordeste, que esperamos seja arunciado na próxima semana. O Presidente José Sarney, nordestino, há de desejar anunciá-lo num breve espaço de tempo. Acho oportuno porque nós, aqui na Comissão, temos alguns aspectos em que a nossa experiência da Região pode complementar a visão de V. Ex^a e até dos governadores que estão sofrendo pela primeira vez o problema das enchentes. Nós já sofremos em outras oportunidades.

De maneira que as minhas sugestões, que aqui coloco, não são sugestões somente de quem já sofreu com enchente. A de 1984 não foi tão grande quanto esta, mas foi uma enchente de volume considerável. No Ceará tivemos cem mil pessoas desabrigadas, por 6 dias, três rios em enchentes. Muita experiência podemos recolher, também, dos discursos de plenário, os nossos próprios pronunciamentos. Muitos Senadores já fizeram pronunciamentos sobre as enchentes porque, como sabe V. Ex^a o inverno, como nós chamamos no Nordeste, vem-se instalando de norte para sul. Começa uma enchente no Piauí, Maranhão, Ceará, os Senadores daquela área falam sobre as enchentes. Depois, ela se instala no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, e os Senadores voltam a falar sobre as enchentes. De maneira que este tem sido um tema muito importante, mesmo porque há um milhão de pessoas desabrigadas.

Num dos pronunciamentos que fiz mencionei que a enchente é uma operação de guerra, exige uma operação de guerra. A seca, não, ela vai-se instalando e temos tempo de montar um dispositivo. A enchente é inopinada. Por exemplo, hoje, o nível está baixando e no dia seguinte as águas voltam novamente a subir.

Naturalmente, é difícil, V. Ex^a já falou, a retirada dos entraves burocráticos. É difícil se fazer isso através de relatórios para a SUDENE, para o Ministro do Interior, etc.

Uma certa ocasião recebi um telefonema de Limoeiro informando que num dia havia 10 mil pessoas desabrigadas. Foram mandados alimentos para 10 mil pessoas. No dia seguinte, havia 15.000. É impossível a previsão, é uma operação de guerra.

Em 1984, uma vez que eu tinha alguma experiência de governo, estava no último ano do meu governo, montei um verdadeiro comando de guerra, ao lado do meu gabinete. Eu tinha estrada por estrada que estava cortada, onde havia alimento, onde havia sido colocado rede de rádio. Todos os dias, me davam informações de como estava cada cidade. Quer dizer, uma verdadeira operação de guerra. Mas eu vi momentos gravíssimos, famílias inteiras, em cima dos telhados, pediam alimentos a quem passava de helicóptero, animais mortos nos cercados, porque ficaram presos e as águas transbordaram. De modo que eu considero a enchente, de fato, uma calamidade mais destruidora do que a seca.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Nobre Senador, um minuto por favor.

Eu convidaria o Sr. Senador Alberto Silva — Vice-Presidente da Comissão — para fazer parte da Mesa.

O SR. CESAR CALS — Os resultados são quase, como se diz mesmo, de reconstrução das áreas atingidas. Aqui nos quadros que foram distribuídos farei uma pequena análise.

Eu vejo, no caso do Ceará, que os desabrigados hoje, são os mesmos do inaudível, quer dizer, a enchente ainda não começou a ter os seus efeitos de diminuição por aqui. O número de abrigos, realmente, é muito pequeno, 3.100 abrigos. Se fizéssemos um círculo por família seriam 15.000 para 300.000. Se fizéssemos 10 barracas de 10 praças seriam 30.000, enfim, o quadro é pouco elucidativo. Seria o caso de pensar que 270.000 estariam nas igrejas, nos abrigos coletivos ou nas escolas, mas isso é uma promiscuidade tremenda. Quando se está em barracas é menos mal, mas numa escola ou numa igreja, enfim, que não está preparada para receber aquela população, para pernoitar, para fazer comida, é uma promiscuidade tremenda, gerando, sem dúvida, até perigo de caso de morte.

Esta é a primeira observação que faço e fico muito feliz e tranquilo porque V. Ex^a disse que foram deslocados recursos do FINSOCIAL para a distribuição de sementes, para aproveitar o próprio húmus e a terra que ficou molhada e fazer o replantio.

Naturalmente, a minha experiência diz que, além disso, é preciso fazer distribuição de enxadas, de todos os implementos para esse pessoal plantar ou para limpar as cidades. Verdadeiros mutirões têm que ser feitos, porque as cidades ficam cheias de lama, de detritos, de restos de cemitério que vêm com as águas. Verdadeiros mutirões são precisos porque senão há possibilidade de uma grande epidemia, nas próprias cidades, quando essas pessoas retornarem para as casas. É realmente num assunto que eu quero, devido a minha experiência, trazer aqui para V. Ex^a.

Entendo que é uma coisa importante nesse programa de recuperação que não só os órgãos federais sejam envolvidos, também o repasse aos governos estaduais e aos principais municípios, porque, na realidade, eu vivo também como pai de um prefeito de uma capital e eu sei, também, que a cidade foi destruída e, naturalmente, se for um órgão de estrada que vai administrar, esse órgão não vai colocar na capital. É óbvio, é claro que está muito mais premido pela circunstância de ser estrada a que está mais afeto. Então, pelo menos nas principais cidades, ou nas capitais, é muito importante que seja a prefeitura que vá fazer no que lhe couber porque o prefeito é aquele que está premido pela população.

Entendo que essa é uma decisão muito importante e V. Ex^a, parece-me, já tinha essa idéia.

Vejo alguns outros aspectos, que foram também levantados por mim, problemas de ter recebido; não só eu, como também o Senador Virgílio Távora, que também foi às zonas atingidas e às não atingidas pelas calamidades.

Por exemplo, Ibiapaba, onde eu estive em pleno período de enchente, que não foi incluída porque não houve enchente na serra, mas observei em Ibiapaba toda a safra perdida pelas chuvas. Perderam toda a safra de feijão e de outros produtos. Então, o que se diz lá é que estão com piores condições, passando mais fome do que na seca. E têm razão, não estão exagerando; nem V. Exª, numa calamidade, poderia estar vendo isso tudo. É uma região que não foi incluída, mas é uma região que perdeu toda sua safra. Então, são aspectos como este em que é necessário que o plano de recuperação não veja só os trezentos e dezoito municípios atingidos pela enchente, mas os municípios que perderam também sua safra agrícola pela pluviometria fora de época ou pela grande quantidade de chuvas.

O problema de malha rodoviária, eu posso dar meu testemunho no caso do Ceará, porque quando estava saindo do Ministério e voltando para o Senado Federal, eu queria retomar o contato direto. Então, percorri, de 15 de janeiro até esta data, 130 Municípios, dos 142 do Ceará, pessoalmente, por terra. Só não fui aos 12 porque não pude atingir, pelo fato das estradas estarem cortadas. Então, a malha rodoviária está, realmente, danificada. Aquilo que foi construído ao longo de vários períodos de governo está, real e totalmente, danificado. Mais do que isso, há um aspecto para que eu gostaria de chamar a atenção de V. Exª, porque se trata de assunto que não é diretamente das populações atingidas.

As empresas de transportes coletivos, na malha rodoviária, estão com prejuízos enormes e estão com capacidade de utilização reduzida a 40%, na melhor das hipóteses, porque as estradas estão inutilizadas e, mais do que isso, a sua manutenção é muito mais cara, porque em vez de nelas se andar a 70 ou 80 quilômetros por hora, a velocidade cai para 20 ou 40 quilômetros por hora, por causa dos buracos. São aspectos que a prática mostra.

Em um certo pronunciamento que eu fiz, entendi que era necessário, isso pode constar do plano, que alguns tributos federais pudessem ser deslocados para o próximo ano, por exemplo, sem correção ou multa. Não se trata de dispensar, mas como é que se pode pagar? O Senador Alberto Silva falou sobre o INCRA. Como esses homens podem pagar a taxa do INCRA sem produzir nada? Acho que esse item — tributos e Previdência Social — têm que constar de um capítulo do plano para que se possa reescalonar em duas, três, quatro ou cinco prestações que o governo puder fazer sem correção e sem multa, porque, realmente, não têm como pagar. Eles vão perder todas as terras, perder tudo, não têm como pagar, já que perderam sua safra.

São aspectos como esses que entendo deveriam colocar para V. Exª.

Creio que essa parte de helicópteros, de aviões é uma coisa de que há necessidade para salvar vidas e pela sua exposição eu vi que foi colocado.

Agora entendo, portanto, Sr. Ministro, que esse programa de recuperação, que vai ser colocado na próxima semana, tem que ser um programa, como V. Exª disse, que não é só de reconstrução, eu entendi que é de recuperação, e acho a palavra recuperação mais adequada do que reconstrução porque ela tem que abranger aspectos mais diversificados e muitos são setoriais como esses que acabo de mencionar.

Cumprimento mais uma vez V. Exª e, naturalmente, quero dizer que espero ansioso que a Mesa do Senado Federal coloque também em votação o requerimento em que nós convocamos V. Exª para discutir o Projeto Nordeste. Tenho que o Projeto Nordeste merece um capítulo à parte, na discussão, porque nós todos temos anos de experiência nordestina, de antes desse Projeto Nordeste ser colocado nas linhas metodológicas, porque até aqui foram mais ou menos capítulos que foram citados, faltava toda uma metodologia de como fazer. Então, é necessário que todos que possuem experiência, por exemplo, há cinco governadores aqui, dêem uma contribuição (falha de gravação) do Executivo sofreu na própria carne, cada qual em estado diferente, em época diferente (falha de gravação). Então, é muito importante que possamos discutir o Projeto Nordeste, para amanhã não ficarmos só criticando. Acho que o importante, nós que estamos

no partido de Oposição, no PDS, é fazer uma crítica construtiva, indicando alternativas e soluções.

Espero muito em breve termos a honra da presença de V. Exª em plenário para discutirmos o Projeto Nordeste.

Essas as observações que eu queria transmitir a V. Exª Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o Ministro Costa Couto.

O SR. COSTA COUTO — Gostaria de agradecer ao Sr. Senador Cesar Cals a generosidade das referências que fez e tranquilizá-lo com relação a alguns pontos.

Além da entrega das sementes, o Governo já está providenciando, também, a edição de um decreto dispensando o pagamento do ITF em 84 e em 85, a exemplo do que se fez naquele período que V. Exª mencionou. Nós até nos inspiramos ali.

O Banco do Brasil procrastinou a liquidação dos débitos dos produtores rurais que perderam suas lavouras e o Banco do Nordeste do Brasil está seguindo esse exemplo.

Providenciamos, também, para que se agilizassem as providências relacionadas com o PROAGRO para ser tratado coletivamente o seguro rural. Não há sentido ficar tratando caso a caso porque o agricultor se descapitaliza de vez e não teria nem a parcela de recursos próprios para ao menos o plantio que a umidade do solo agora permite.

Estamos, Sr. Senador Cesar Cals, usando a experiência acumulada, inclusive, a experiência dos governos anteriores, porque o fenômeno é muito parecido, só que, desta vez, a intensidade foi mais forte. Pretendemos ter esse mérito de não nos considerarmos descobridores da pólvora. Se há uma experiência e ela é boa, por que não utilizá-la? Esse know-how acumulado no passado, que em alguns aspectos V. Exª abordou com máxima lucidez, inclusive chamou-me a atenção para algo que nós não tínhamos pensado, que é essa questão da limpeza dos núcleos urbanos atingidos, que se não se fizer agora poderá haver problemas graves, sobretudo de enfermidades graves, esse é o tipo de know-how que nós estamos incorporando sem querer inventar o que está inventado.

Essa preocupação com relação à valorização das prefeituras, tudo que for de competência municipal deve ser entregue para a execução pelas prefeituras, por várias razões, o prefeito é o mais pressionado, o que está mais próximo da população, por um lado, e depois V. Exª sabe muito bem que as obras municipais feitas com as prefeituras ficam muito mais baratas, e até mais bem feitas. Se houver uma mobilização de um grande órgão federal para executar uma obra em Fortaleza, por exemplo, além de sair um complexo muito mais caro, talvez não atenda tão bem às expectativas da população e da finalidade da obra, quanto a sua realização pela prefeitura municipal, que conhece a cidade, que tem quadros que conhecem a cidade e que têm capacidade de redução também.

Esses os esclarecimentos que eu gostaria de fazer, dizendo a V. Exª que será uma grande honra para mim estar aqui presente, quando o Senado Federal julgar conveniente, para discutir o Projeto Nordeste, sobretudo para colher sugestões relacionadas com a execução desse Projeto Nordeste. Projeto que é grandioso, que será financiado pelo Banco Mundial e pelo BIRD, no caso de três Estados, mas que vai envolver um grande esforço da União e por muito tempo. É necessário, sobretudo, que se programe a execução desse projeto de modo confiável e de maneira que as iniciativas, realmente, cheguem ao alvo, que é a população mais pobre do Nordeste, nessa primeira etapa, constituída dos pequenos produtores rurais.

Nós não temos vocação para a auto-suficiência. Realmente, queremos ouvir e temos o maior respeito pela experiência dos Srs. Senadores e, particularmente, permitam, dos Srs. ex-Governadores que viveram esses problemas de perto, inclusive o nosso ex-Superintendente da SUDENE, que também tem muito conhecimento de causa e que também sofreu os problemas de seca e de enchente.

É com essa humildade, sem medo, que queremos trabalhar pelo Brasil e pelo Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Antes de dar a palavra ao próximo debatedor, o Sr. Senador Cid Sampaio, queria fazer uma referência a uma parte da expo-

sição de V. Exª, respondendo ao Sr. Senador César Cals. O que há mesmo a respeito do seguro agrícola?

O SR. RONALDO COSTA COUTO — É porque pelos mecanismos convencionais, Sr. Presidente, o Banco Central mobilizaria uma fiscalização para verificar em cada propriedade, a situação das lavouras, se perdeu ou se não perdeu. Depois existe toda uma burocracia que é realizada nos diversos Estados e há um hiato de tempo importante entre essa fiscalização e a decisão de reconhecer a perda e (inaudível) o seguro. Então, como as áreas que foram atingidas estão em situação de emergência, decretada pelos Governos estaduais e houve reconhecimento pelo Ministério do Interior, que se dispensem essas exigências burocráticas e que se reconheça a perda em bloco nas áreas atingidas. Isso ajuda muito os produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Sr. Senador Cid Sampaio.

O SR. CID SAMPAIO — Sr. Presidente, Sr. Ministro.

Ouví com atenção a exposição do Sr. Ministro e, realmente, foram tomadas as medidas de emergência, com relação a medicamentos, alimentação, barracas e socorro de emergência. Eu gostaria de chamar a atenção para um fato que é permanente, no Nordeste. A meu ver, as secas e as cheias são uma espécie de tempero e quando não há o que temperar, quando falta comida, o tempero é mais um mal, é mais uma carência, quando o Poder Público se omite. Na realidade, os males permanentes atingem mais profundamente.

A Região que se vem debatendo economicamente com dificuldades permanentes, já vive num estado de carência quase absoluto. Evidentemente, as medidas de emergências são necessárias por uma questão humanitária, e são sempre tomadas pelo Governo federal, que tem a iniciativa de socorrer, de dar abrigos aos desabrigados, de fornecer alimentos aos que perderam tudo e tiveram suas casas destruídas, suas lavouras destruídas.

Mas existem fatores permanentes de depauperação que precisam ser, realmente, corrigidos porque inclusive as medidas transitórias perdem muito de eficácia quando essas medidas permanentes não existem.

Quem conhece a situação do Nordeste sabe que há zonas em que existem características diferentes em alguns Estados. Por exemplo, no Ceará, no Rio Grande do Norte e no Piauí quase não existe Zona da Mata, por isso o fenômeno lá é mais grave, quando ocorrem as secas, porque o homem do sertão e do agreste vive, exclusivamente, de sua lavoura temporária nas áreas secas. Mas em Estados como Pernambuco, Paraíba e Alagoas existem zonas de matas, mais férteis e melhores aproveitadas, há uma complementação do trabalho entre a zona semi-árida e a zona úmida. Quando essa complementação existe, facilita muito as soluções, porquanto o trabalhador agrícola que produz na zona semi-árida, nos meses de chuva, nos meses próprios para a agricultura, migra, em geral, para as zonas úmidas, nos períodos de estiagem da zona semi-árida, que coincidem com os períodos de colheita da atividade preponderante, nessa zona úmida, que é a cana-de-açúcar. Quando ocorre, por exemplo, cinco anos de seca, como estes últimos que ocorreram, o homem do sertão e do agreste migra para a zona úmida e depois vai para a periferia das cidades, porquanto não tem como voltar para o sertão, em face de anos seguidos de seca. Isso agravou muito o problema das cidades, principalmente no Recife, em Maceió, que sofreram inchaço maior durante esse período.

Mas o que eu queria salientar é que problemas como os dos preços mínimos e da aquisição dos produtos agrícolas são fundamentais. Infelizmente para o Nordeste, o problema de preços mínimos funciona sempre com restrições. Principalmente no período de safra, como este ano em que choveu bastante e as safras são relativamente grandes, os órgãos oficiais se absterem e dificultam a aquisição ao preço mínimo, porque, no geral, o preço mínimo fixado, como ocorreu este ano, pelo Governo, está superior ao preço de mercado. Então, o Governo se retrai, inclusive para evitar a especulação do comerciante, mas como os comerciantes têm mais acesso e mais trânsito com o banco, a retração, no geral, atinge o agricultor.

Um outro fenômeno é o problema da cana-de-açúcar. Esse mercado de trabalho para os homens que migram do sertão, se parcialmente desativado no Nordeste, den-

tro de uma política de compressão de preço, como vem ocorrendo e, principalmente, dentro da crise atual, gera problema muito sério. No momento presente, por exemplo, o preço oficial está superior ao preço de mercado. Esse fenômeno é gerado por dois ou três fatores de natureza econômica. Atualmente, em face da recessão brasileira, várias atividades estão caminhando para a marginalidade. Então, o Instituto do Açúcar e do Alcool, que fixa o preço dos produtos, inclusive dentro de um regime muito conservador, com preço que, às vezes, nem sequer remunera, fixa também as quotas de venda, de modo a manter o mercado equilibrado para que não haja excesso de oferta. Como os preços externos estão muito baixos e a tendência do Governo é se eximir de ter o prejuízo da exportação, com o incentivo da exportação, o que está acontecendo é que estão liberando maiores quotas para o mercado interno. A maior quota para o mercado interno e a marginalidade, a venda sem nota decorrente do nível de juros e do aperto econômico, conduziram a excesso de oferta e esse excesso baixa os preços aquém dos níveis econômicos. Então, a atividade passa a decrescer e decresce, principalmente, em oferta de trabalho, que se reflete depois na diminuição de rendimento, porque numa lavoura cujo ciclo vegetativo é de 18 meses, quando falta dinheiro, o agricultor é levado a não fazer — principalmente em Pernambuco, onde a cana de fornecedores representa cerca de 70% da produção — a limpeza da cana. Para o futuro, decresce o rendimento e, no presente, decresce a oferta de mão-de-obra. Isso agrava a situação do migrante, que descendo para a Zona da Mata, não tem como encontrar trabalho.

Então eu queria, chamar a atenção de V. Ex^a, que está em um Ministério fundamental para o Nordeste, para o fato de que é indispensável que se equacionem esses problemas permanentes, porque graças, às vezes, ao desatendimento do problema permanente, o problema eventual torna-se muito mais grave, porque encontra a população completamente despreparada para suportar sequer um dia de desemprego, ou um dia de vacância de trabalho, ou qualquer perda na sua produção agrícola.

Eu queria chamar a atenção, principalmente, para a segurança do limite de preços. V. Ex^a deve saber muito bem o fenômeno da cebola, no sertão. Em função da falta de um programa agrário, no Brasil, ou de um programa agrícola, a oferta de cebola varia muito, em virtude das ofertas de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Nordeste e, muitas vezes, entre a safra do Rio Grande do Sul e a safra do Nordeste, para manter os preços da cebola baixos, a nível de consumidor, o Governo importa cebola. Então, a produção do Nordeste cai a níveis de inteira não remuneração, chegando, freqüentemente, a produção a ser jogada nos rios por não poder ser aproveitada.

Esses problemas permanentes atingem muito mais a região do que os eventuais, embora os eventuais requeiram tratamento de emergência. É para esse problema que eu queria chamar a atenção, principalmente em função de um estudo conjunto com que deve ser tratado. Pela minha longa experiência, maior no tempo mesmo, do que no espírito de observação, eu presenciei, no meu Estado, a queda permanente de rendimento. Quando comeci a trabalhar na área agrícola de Pernambuco, um homem cortava três toneladas de cana e o pedreiro era considerado como pedreiro quando colocava mil tijolos numa casa popular; hoje, o pedreiro é considerado pedreiro quando coloca trezentos e o homem da roça corta uma tonelada de cana.

Essa queda constante de rendimento decorre de uma atitude política e apática, em que o homem perdeu a esperança de conquistar melhores condições de vida, e passa a viver em simbiose com a miséria, com a pobreza, com a desgraça, acostuma-se com ela e se satisfaz com a cachaça na bodega da esquina, com o pequeno ganho e com a atividade, às vezes, de seis horas.

Acresça-se a isso as endemias no Nordeste. Em Pernambuco, a esquistossomose, na Zona da Mata, atinge cerca de 94% da população, a verminose 100% e a anemia de 70% da população trabalhadora. Como se pode exigir um bom desempenho de um homem, principalmente o agricultor que trabalha ao sol, numa temperatura de mais de 50 graus, perdendo potássio, perdendo sódio, através do volume de suor, quando ele sofre de esquistossomose, sofre de verminose e é anêmico? Então, há necessidade de um programa de caráter permanente,

de um plano de emergência permanente, para tratar da saúde, principalmente dos homens da Zona da Mata. O homem do sertão, pelas condições de clima, pela inexistência de contaminação de esquistossomose, por falta de água permanente, ele tem mais saúde, mas, quando vem para a Zona da Mata se contamina. Então, um programa de saúde que atenda a esse estado que existe hoje pode aumentar, inclusive, o rendimento de trabalho.

Quero acrescentar, ainda, dentro da minha própria experiência, que observamos períodos de crise, com o salário mínimo variando com a inflação de seis em seis meses, portanto em cada seis meses, o homem vai perdendo o seu poder de compra, chegando a ponto de, no último mês antes do reajustamento, ter carência absoluta, inclusive da alimentação. Pela minha experiência agrícola e industrial, chegamos à conclusão de que o decréscimo de produtividade vem também da falta de alimentação, ou da alimentação imprópria. Chegamos a conseguir uma elevação de quase 50% da produção, reduzindo metade dos homens necessários, em determinadas tarefas, simplesmente pelo fornecimento de alimentos com o número de calorias necessárias à sobrevivência de um homem em regime de trabalho.

Portanto, esses problemas, a meu ver, são muito mais graves de que uma cheia emergente ou uma seca periódica, porque eles, permanentemente, estão depauperando a população, estão aniquilando corpo e espírito, porque esse estado de apatia também precisa ser combatido.

O homem se conforma com a miséria, vive em casas isoladas, onde não tem vizinhos, onde não tem nem necessidade de esconder a miséria, onde não tem estrutura para tratamento de saúde, para a educação dos filhos, então ele se conforma em não educar os filhos, ele se conforma em viver seminu e se conforma, exclusivamente, em ter como lazer a cachaça na bodega. Não aspira a nada mais, trabalha 4 ou 5 horas por dia, também pela exaustão de seu organismo.

Ainda há a acrescentar algo sobre a produção industrial, no Nordeste, que representava a única possibilidade de produzir bens capazes de sustentar a população terciária. Ninguém vai supor que uma região sujeita a irregularidades climáticas, com solo pouco profundo, que um homem trabalhando de enxada possa produzir para manter além dele mesmo, pois já é muito quando mantém a sua família. Se ele não mantém nem a si mesmo nem à sua família, como podemos esperar que 40% da população ativa de um Estado possa manter a população terciária? Isso só poderia acontecer através do desenvolvimento de um programa que conduzisse ou descentralizasse a atividade secundária das zonas altamente concentradas, como São Paulo, por exemplo, para o Nordeste. Todavia, o que vimos observando é que a indústria de transformação do Nordeste está fechando. No Rio Grande do Norte, cerca de 70% da indústria têxtil fechou, em Pernambuco 90%, em Alagoas cerca de 80%. A indústria de açúcar está periclitante e se prevalecer a promessa do Ministro de que vai tirar o subsídio e a equalização, ela fecha toda.

Então, se a atividade secundária desaparece, de onde vão-se tirar os recursos para manter a população terciária em cidades que têm hoje mais de um milhão de habitantes? Enfim, é indispensável que esses problemas permanentes, que são muito mais preocupantes do que os problemas eventuais de uma cheia ou de uma seca, sejam equacionados, e equacionados com seriedade. V. Ex^a veja, por exemplo, a indústria têxtil de Pernambuco. 90% dessa indústria, para reabrir, pleiteou do Governo federal primeiro 18, depois 50, depois 70. Então, com isso, reabririam doze fábricas, empregar-se-iam cerca de 30 mil homens. No entanto, não foram concedidos os 18, nem os 50, nem os 70, no entanto. A Nova América, porém, recebeu 400 bilhões para reabrir uma única fábrica, numa zona altamente industrializada, o segundo pólo concentrador de indústrias que é o Rio de Janeiro.

Esses fatores são muito mais importantes para o Nordeste do que uma seca ou uma cheia, que nos preocupa na hora da emergência, como preocupou V. Ex^a, como preocupou o Governo, os outros vão sendo relegados e matam permanentemente.

E os índices econômicos e sociais? Vou citar fato gravíssimo, tirado do censo de 1970. Quando a renda média brasileira chegava a cerca de 890 dólares, e no Nordeste, como um todo, chegava a 300 e tantos dólares, na zona agrícola do Nordeste — isso levantado pelo pró-

prio IBGE — a renda era de 60 dólares para os agricultores. Então, em um País onde a renda per capita é de 800 e tantos, em outra região é de 360, e uma boa parcela da população, que representa 40% da população ativa — na época representava mais — só tem 60 dólares de renda média per capita, isso é uma calamidade tão grande que não é possível cruzar os braços diante desses fatos.

E são para esses fatos que quero chamar a atenção de V. Ex^a Agora com a Nova República, com sangue novo, com entusiasmo e a mocidade de V. Ex^a esperamos poder, juntos, combater não só essas calamidades — como as que V. Ex^a demonstrou estão sendo combatidas — mas debelar esses males maiores que são permanentes e que matam muito mais do que as secas, do que as cheias, do que as crises eventuais. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Agradeço a participação do nobre Senador Cid Sampaio e concedo a palavra ao Ministro Costa Couto.

O SR. COSTA COUTO — Acho que comove a todos nós a preocupação do Senador Cid Sampaio, em cuja análise centra o homem. É o ser humano que constitui o núcleo de preocupação de S. Ex^a, e nisso a nossa visão de mundo coincide. Acho que em toda atividade de Governo deve-se sobrepor o interesse em melhorar a qualidade de vida dos homens, sobretudo das famílias mais pobres, a tudo o mais que estiver em consideração.

Eu resumiria a proposição do Senador Cid Sampaio — se eu estiver errado peço a S. Ex^a que me corrija, por favor — da seguinte maneira: temos no Nordeste o caso mais crítico de subdesenvolvimento deste País. São 35 milhões de brasileiros gerando 11% da renda nacional e sem uma alavancagem do Governo, sem uma alavancagem forte, inteligente, pragmática, objetiva e que leve em conta a experiência acumulada dos próprios nordestinos — quem mais entende de Nordeste são os nordestinos — sem isso, realmente, o Nordeste vai ficar girando nessa órbita de subdesenvolvimento indefinidamente.

O que eu queria colocar, então, tentando sintetizar o que V. Ex^a colocou, Senador Cid Sampaio, é o seguinte: a opção que tem o Governo é a opção que tem o povo também, é a de combater os efeitos do subdesenvolvimento, as manifestações do subdesenvolvimento ou procurar combater suas causas, ir às raízes desse processo.

Ir às raízes desse processo significa enfrentar de frente problemas estruturais como os que V. Ex^a, de maneira tão feliz, colocou. Como, por exemplo, a crise agrária que, conjugada com fenômenos naturais, joga o homem do campo na periferia das cidades. Essas famílias sofrem muito, contribuem, involuntariamente, para reduzir a qualidade de vida da classe média e da classe alta no meio urbano. É um fenômeno que está presente não só no Nordeste, mas no Brasil inteiro, sobretudo nas grandes cidades.

Mas V. Ex^a mencionou outros aspectos também que estão a exigir do Governo da República decisões firmes em termos de política agrícola, política agropecuária. Quais são as regras do jogo? É preciso que, por exemplo, os produtores rurais, de qualquer porte, tenham confiança nas regras do jogo, é fundamental isso, a estabilidade dessas regras, o Ministro Cesar Cals sabe muito bem disso.

Da mesma maneira, o setor industrial, vamos patrocinar apenas novas iniciativas industriais no Nordeste, ou vamos tratar de preservar o que o Nordeste construiu, ao longo de sua história econômica? A resposta me parece óbvia.

V. Ex^a mencionou o processo de quase falência do setor têxtil na região e mencionou como se perderam 30 mil empregos. 30 mil empregos, considerando-se uma família normal, significam a subsistência de 150 mil pessoas. Quer dizer, o que haverá de mais nobre neste País, em termos de atenção do Governo, do que manter esses empregos, ou seja, manter essas indústrias?

Não sei se consegui resumir bem, se entendi o que V. Ex^a colocou. Acho que, na verdade, a opção é atacar as raízes, atacar as causas do subdesenvolvimento e não apenas os seus efeitos.

A fragilidade da infra-estrutura econômica e social do Nordeste, por exemplo. As secas e as enchentes são uma coisa notável e secular, é a economia mais vulnerável que tem o País e todo mundo sabe que, em algum momento, ambos os fenômenos vão manifestar-se, alternando-se. Então, temos que trabalhar, sobretudo quando as secas e

as enchentes estiverem ausentes, temos que trabalhar para tornar a Região menos vulnerável a elas...

O SR. CESAR CALS — V. Ex* me permite um aparte?

O SR. COSTA COUTO — Pois não.

O SR. CESAR CALS — Na realidade, acho que V. Ex* está fazendo um diagnóstico bastante transparente sobre o Nordeste e também em relação ao que foi levantado pelo ilustre Senador Cid Sampaio. Agora num problema de seca e de enchente, nós não podemos ver as causas, temos que ver e combater os efeitos.

Certa feita, eu fiz uma palestra para as classes produtoras do Ceará, depois que saí do governo, com a minha experiência de seca e de enchente, pois as duas ocorreram no meu período de Governo. Coloquei, sinteticamente, não sou muito cartesiano no meu raciocínio, que nas secas — eu falava sobre as secas, porque na ocasião a palestra era sobre as secas — precisava-se combater os efeitos, porque as causas da seca são impossíveis de combater...

O SR. — Acho que não é tão impossível...
(Vários Srs. Senadores.)

O SR. CESAR CALS — Permitam-me concluir.

O que a seca acarreta para a Região? Falta de água, falta de alimentos e falta de emprego. São os efeitos. Eu estou partindo do princípio de que a seca é um fenômeno cíclico; mesmo com toda a ajuda, haverá seca a cada dez anos.

O SR. — (fora do microfone.)

O SR. CID SAMPAIO — (inaudível) ... é um negócio que não podemos fazer porque ele não assina escritura mas, realmente, nós temos condições para que a seca deixe de causar os efeitos.

O SR. CESAR CALS — Os efeitos...

O SR. CID SAMPAIO — Pode-se prevenir os efeitos. Quando V. Ex* se referiu à causa, realmente os efeitos decorrem de causas, mas V. Ex* pode prevenir para que eles não ocorram.

(Vários Srs. Senadores.)
(Inaudível.)

O SR. COSTA COUTO — Tem-se que fazer um trabalho substantivo para tornar a Região menos vulnerável a esse fenômeno. Então, esse projeto de irrigação, que tanto sensibiliza o Senador José Lins, a ajuda e todas as outras iniciativas.

Por exemplo, uma coisa que está ocorrendo, Ministro Cesar Cals, de colocação difícil, com relação ao passado, mas que pode ser em relação ao presente, é que alguma esfera do Governo cuide de aproximar, de exigir que a ocupação às margens dos rios obedeçam a uma certa quota, pelos menos, para núcleo urbano, porque sabemos que periodicamente a enchente vem. Com isso se reduziria o impacto. Hoje, não há nenhum disciplinamento, há moradias praticamente à beira d'água. Esse tipo de coisa de prevenir para não ter que remediar, pode ser feito com uma política deliberada. Temos casos, por exemplo, de regularização de curso de rio, obras que podem ser feitas, que podem atenuar os efeitos, V. Ex* tem toda razão, das enchentes.

Com relação às enchentes e às secas, permitam-me o coloquial, teríamos que fazer um convênio com São Pedro. Eu disse que São Pedro é um péssimo sócio porque, por ser santo, não tem ambição e, por ser muito idoso, é muito distraído. Então, com relação ao Nordeste, São Pedro às vezes, tem-se distraído muito... Agora, por exemplo, em linguagem popular, abriu as torneiras de uma maneira sem precedentes na história da Região. Tratar de tornar a economia menos vulnerável.

Só queria acrescentar uma coisa para concluir esta minha participação no momento. É que essa aplicação de recursos federais, transferência aos Estados e municípios, esforço direto da União nesse trabalho que é de recuperação do Nordeste, nele o imperativo é de ordem social e também de ordem política e humanitária. Há um aspecto que deve ser destacado, o interesse econômico-financeiro, falando francamente de a União fazer isso, porque se trata de recuperar o nível de atividade econô-

mica, porque a economia esfacelada como está, a arrecadação da União está caindo lá no Nordeste, a estadual está caindo, as municipais estão caindo e, no final, todos os caminhos levarão ao Tesouro da própria União. Então, essa decisão de alocar recursos para recuperar a economia do Nordeste é uma decisão que atende também a imperativos da lógica, da inteligência e da conveniência econômica, devemos dizer isso com toda clareza. Não se trata de um trabalho de caridade para o Nordeste, o Nordeste não precisa de caridade. É um trabalho também que decorre da necessidade, a União Federal também é sócia do desenvolvimento do Nordeste. Esse fenômeno que se abateu sobre o Nordeste agora está prejudicando a arrecadação da União, dos Estados e Municípios, prejudicando o nível de emprego, de produção. O Senador Cesar Cals mencionou a questão do transporte rodoviário, mas a indústria também foi prejudicada, as indústrias estiveram paralisadas. O que se tem que fazer? Tentar fazer com que o Nordeste sobreviva é muito mais barato do que instalar novas indústrias. Essa é a filosofia a que tentaremos obedecer.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA — Meu caro Ministro, quero, em primeiro lugar, cogitar-me com V. Ex* por sua exposição, nesta Casa do Congresso Nacional, objetiva, prática e lógica.

Eu queria, também, dizer que concordo em gênero, número e grau com as colocações feitas pelos nossos companheiros aqui, principalmente, pelo nosso Ministro e pelo nosso Senador Cid Sampaio, com aquela experiência vivida de homem que é, ao mesmo tempo, industrial e agricultor. A exposição de S. Ex* foi muito clara e objetiva, quando disse que o permanente tem que ser atendido para que o emergencial não apanhe a população do Nordeste desprevenida.

Como se trata justamente de uma época de emergência, eu gostaria de começar lembrando a V. Ex* o seguinte: as estradas estão destruídas em todos os Estados, as federais, em muitos lugares, as estaduais, importantes também em muitos Estados, e as vicinais, nem se fala.

Lembro a V. Ex* que, para recompor as estradas federais, levando em consideração que os recursos federais estão escassos em função da dívida interna e externa, em função de vários outros fatores, que, naturalmente, estamos encontrando nesta Nova República, uma ideia poderia ser posta à consideração do Ministro.

A PETROBRÁS dispõe de asfalto em volume crescente e como o plano rodoviário nacional não tem sido incrementado na escala de consumo dessa asfalto, pressupõe-se que exista um volume muito grande de asfalto disponível ou a dispor que a PETROBRÁS pode fornecer. Então, se ela colocar o asfalto, que é caro, à disposição do DNER, que não tem recursos para comprar esse asfalto, digamos numa espécie de financiamento, facilitaria enormemente a recomposição das estradas federais, desde que o asfalto representa mais de 50% do custo da estrada.

O DNER seria atendido com recursos para que as estradas federais fossem recompostas. O mesmo esquema poderia ser feito com os Estados, para recompor as estradas asfaltadas estaduais que foram destruídas, porque, como sabe V. Ex*, os governadores adotaram uma boa técnica de fazer suas estradas principais também asfaltadas, no Ceará, no Piauí, em outros lugares. Existem estradas asfaltadas que poderiam ser recompostas com esse esquema. O DNER, em convênio com os DER estaduais, entraria com o asfalto a título de financiamento a longo prazo, a PETROBRÁS deixaria de ganhar tanto dinheiro, ganharia um pouco menos e colocaria esses recursos à disposição da recomposição de estradas. Para as estradas vicinais do município, que vão à zona de produção, poderiam ser dados alguns recursos aos DER estaduais para que pudessem, pelo menos, evitar aquilo que está lá, a destruição de trechos, recompondo-se trechos...

O SR. — Permite-me V. Ex* um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA — Nobre Senador, deixe-me acabar, vou fazer aquele paralelo depois.

O SR. — (inaudível) sem olhar a capacidade de endividamento dos Estados...

O SR. ALBERTO SILVA — Sim, disse a título de emergência, nada de envolver investimentos. Não era empréstimo, o Governo Federal ressarciria a PETROBRÁS no devido tempo. A PETROBRÁS dispõe do asfalto, logo é um capital que está parado. Colocado à disposição do DNER, os Estados teriam um enorme impulso, em vez de se estar procurando dinheiro para comprar asfalto e movimentar empresas para recompor.

Quanto às casas, lembraria ao nobre Ministro o seguinte: há experiências em vários lugares. As casas que foram destruídas precisam ser recompostas, urgentemente. Acredito que, no esquema antigo, o mutirão, com os materiais essenciais, se a casa é de taipa, o fornecimento de barro, de um pouco de cal para recompor a casa e uma diária para que os homens, mesmos, uns com os outros, recompusessem suas casas, me parece a coisa mais prática do que tentar um programa de construção de novas casas, caro, inobjetivo e não atendendo, porque o que foi destruído é o que estava feito, não se tratam de novos conjuntos. Muitos nessas horas normais, dizem "vamos fazer novos conjuntos". Creio que a recomposição poderia ser feita sob essa forma.

Há uma pergunta que eu faria aqui. V. Ex* disse que esses recursos que foram dados pelo Banco do Brasil teriam já sido autorizado à PROAGRO, então, digamos assim, seria coletivo porque muitos lavradores fizeram o seguro na contratação dos seus empréstimos. Isso o banco, às vezes, põe como opcional, ou apenas uma parte do seguro. A medida que V. Ex* propõe, acho que é a mais sábia e oportuna porque todos seriam beneficiados.

O programa de sementes, o nobre companheiro Cesar Cals acabou de dizer, é uma necessidade urgente que esses lavradores tenham como recompor suas lavouras. E ainda, nobre Ministro, particularmente no caso do Piauí, principalmente, no delta do rio Parnaíba, apelaria para V. Ex* no sentido de que olhasse o Município de Parnaíba, que foi praticamente afundado. Ele tem uma outra dificuldade, os moradores, os produtores agrícolas da região do delta do Parnaíba estão sujeitos a dois impostos, taxas, ou nome que tiver, um do INCRA e outro do SPU — Serviço de Patrimônio da União, órgãos que se esmeraram para saber qual dos dois colocaria um imposto, em 1985, um maior do que o do outro. O SPU levantou em 600%, Ministro, ao norte, e o INCRA, 500% sobre o lavrador do delta do Parnaíba, ou o município do Parnaíba todo; são mais de 50 mil produtores do delta que estão sujeitos a essa calamidade. É, na verdade, uma calamidade em cima da outra. Então, se não se pode dispensar, ou não se pode rever isso até que uma legislação proíba esses órgãos de simplesmente, dentro de um gabinete fechado, entender assim, "vamos subir quanto"? 500, 600%? Qual critério? Não vejo critério nenhum, Sr. Ministro, é abuso mesmo, acho que poderíamos prever uma legislação adequada, com nossos companheiros aqui, para evitar esses abusos. Mas, enquanto isso, como uma medida emergencial, pediria a V. Ex* que interviesse no sentido de que esses 600, ou menos, 500, fossem transferidos, para 1986, sem correção, sem juros, e sem aquela exigência que eles fazem de maneira quase ditatorial — ou pagam ou a terra vai empenhada, enfim, quem já está dentro da calamidade com uma informação dessa, fica louco, quer entregar a terra.

E, por fim, Sr. Ministro, lembraria, no permanente, aduzindo aquelas informações do nosso Senador Cid Sampaio, poder-se-ia fortificar, de imediato, os habitantes da zona rural, ou os que tiveram o seu terreno agora encharcado, onde antes era seca de cinco anos, essas famílias — eu tive oportunidade de conversar com V. Ex* — poderiam ser localizadas nas margens do perímetro molhado de mais de 200 açudes públicos do Nordeste, terras do perímetro que pertencem à União por desapropriação legal, numa extensão de todo o perímetro e numa profundidade de 200 metros. Se algumas desapropriações estiverem caducadas, seria só reativá-las e aí, tenho certeza, Sr. Ministro, num programa bem feito, objetivo, barato, V. Ex* poderia, no seu Ministério, através dos órgãos, como o DNOCS e como a SUDENE assentar de 200 a 300 mil famílias à margem da água — água permanente. Esses açudes públicos de grande porte não arrebentam com inundações, sobem a lâmina d'água mas não rebentam, eles estão lá permanentes e, à medida que vão secando, e é normal, no Nordeste, V. Ex* tem uma área de terra úmida que vai baixando e, nessa área, o lavrador planta seis meses, ele pode ter duas safras nesse período e quando começa a chover, o açude quando en-

che invade essas terras, ele planta na parte alta e pode plantar porque se o açude enche é porque está chovendo. Isso é uma proposição de caráter permanente, digamos, em prosseguimento daquela proposição de fortalecimento do homem do campo e daquilo que V. Exª com absoluta lógica, propôs, que o Governo Federal precisa reativar a economia do Nordeste, e ele reativa investindo no homem. Como esse assentamento me parece barato e imediato, fica como uma sugestão a V. Exª

E, no mais, quero congratular-me pela presença de V. Exª e pela argumentação lógica e judiciosa que aqui exprimiu do que o Governo federal e seu Ministério pretendem fazer pela nossa Região.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Concedo a palavra ao Ministro Ronaldo Costa Couto.

O SR. COSTA COUTO — Sr. Presidente, o Senador Alberto Silva é um velho amigo meu, trabalhamos juntos pelo desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, à época eu era Secretário do Planejamento, o Senador Alberto Silva nos ajudou muito, ele estava montando a nossa EBTU.

Com relação à sugestão, começando do fim, relativa ao assentamento à margem de açudes, o Senador Alberto Silva a havia transmitido ao Ministério do Interior. Ela foi encaminhada ao DNOCS que está verificando sua viabilidade e espero ter boas notícias, Senador Alberto Silva, dessa ideia que nos traz que pôde ser magnífica, e tenho esperança de que realmente seja.

A ideia com relação à PETROBRÁS, acho que não seria ousado talvez pedir ao Senador César Cals que nos informasse sobre o que S. Exª acha da viabilidade, a nível técnico, porque parece que a produção de asfalto é compulsória e o investimento em estradas, neste País, caiu muito. Então, é provável que o estoque que o nosso Senador Alberto Silva está imaginando realmente exista.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — (fora do microfone) — ... eu mesmo, como Governador, já dei quatro anos de asfalto à PETROBRÁS, mas é realizando...

O Nordeste tem sido encarado, até hoje, como uma área carente de caridade. Outro dia estava ouvindo Elba Ramalho cantar o Nordeste independente, fruto da literatura de cordel de dois trovadores paraibanos, e trago isso apenas para mostrar a V. Exª que a alma nordestina está profundamente ferida. O Nordeste já não acredita mais em nada, o nordestino, hoje, é o homem que anda sem saber para onde vai, que perdeu aquele estímulo, aquele encorajamento porque verifica que o Brasil está progredindo, ninguém pode negar, verifica que a dívida, a grande dívida nacional que o Brasil tem para com o Nordeste, esta é a última em que se pensa em resgatar.

Sr. Ministro, esta é a ótica de um homem que tem quase 40 anos de dedicação à vida pública, e que veio, desde lá da vereança, ao governo do seu Estado. O Nordeste, por exemplo, não tem nada com esses cem bilhões de dólares distribuídos; ao contrário, contribuímos. Todos os anos nós contribuímos com excesso, talvez seja a única região do País em que sobram divisas para pagar os juros da nossa dívida.

Então, o grande argumento é que não se pode privilegiar uma região. Ora isso fica inteiramente destruído, se nós vamos verificar o que ocorreu ainda há pouco. O Governo investiu, lá no extremo do Paraná, emprestando, inclusive, dinheiro a um outro país para participar, emprestando, e depois prometendo comprar a energia produzida por aquele conjunto, aquele conglomerado binacional. O Senador João Lobo, certa feita aqui, em estudo que fez, chegou à conclusão de que 10% do que se gastou em Itaipu — e nós não somos contra, achamos que o País tem que se desenvolver, a obra é monumental, a maior hidrelétrica do mundo — esses 10% correspondem a que o governo central, através dos seus órgãos especializados, sobretudo o DNOCS, gastou, durante 70 anos, no combate à seca do Nordeste ou no atendimento às necessidades nordestinas.

O País ainda não compreendeu que não é possível manter, dentro do seu território, uma vergonha. O Nordeste é uma vergonha nacional. O Nordeste é uma vergonha porque o País realmente quer manter essa situação.

O centralismo criminoso se instalou neste País. Fala-se tanto em reforma tributária, há quanto tempo nós vemos todos os presidentes que assumem, comprometem-se a fazer uma reforma tributária, procurando descentralizar os recursos brasileiros e nós verificamos que, no período

da criação da SUDENE, que foi um órgão criado para promover o desenvolvimento do Nordeste, a participação do Governo federal ultrapassava, chegava quase a 8%, naquela época. Em 1973, o Banco do Nordeste publicou dados estatísticos, e mesmo depois da criação da SUDENE, anos depois, a participação do Governo federal tinha-se reduzido a pouco mais de 5%.

Ora, sentimos que não há preocupação. Há uma retórica, há uma fraseologia já muito surrada, conhecida. O nordestino não acredita mais em nada. Ele fica esperando as hecatombes, as tragédias para voltar às colunas dos grandes jornais, dos grandes periódicos brasileiros e chamar a atenção do Governo Federal.

Mas, diante de toda esta minha angústia, que é a angústia do nordestino, toda esta minha decepção, esta minha falta de esperança, esta minha descrença, agora começo a sentir, lá longe, no fundo do túnel uma luz, que realmente começa a nos despertar, e acender assim uma chama ainda tênue, que precisamos ajudá-la a tornar-se uma chama bem acesa.

É verdade que, ao longo de toda a sua história, o Brasil teve 3 nordestinos à frente do seu destino: Epitácio Pessoa, Café Filho, por muito pouco tempo, e Castello Branco. Mas, tivemos agora, um Presidente da República eleito que tinha um compromisso, era um homem vinculado ao Nordeste. Ninguém pode negar, eu que convivi tantos anos na Câmara Federal e no Senado da República, cada vez que me aproximava dele, mais aumentava a minha admiração. Eu tinha a crença, não tendo participado da sua ascensão ao poder, eu acreditava nele, eu acreditava que ele, realmente, como homem que não era nordestino, mas que dentro do seu Estado tinha uma amostragem do drama do Nordeste, naquela faixa que Minas Gerais tem e que está vinculada ao problema da SUDENE, ele conhecia o problema e assumiu, na praça pública, um compromisso de ser o redentor do Nordeste.

Deus não quis que isto acontecesse. A crueldade do destino o atingiu a proporções insuportáveis para nós, mesmo para aqueles que não contribuíram como eu, mas, que acreditavam na sua ação, na sua palavra e no seu espírito público. Mas, tombado o condottiere, o homem que representava a grande esperança de todos os brasileiros, assumiu a Presidência da República um nordestino, com prazo integral para desenvolver um programa que, se não for executado, ninguém perdoará. Ele será estimatizado se nesse seu período de governo não iniciar a redenção do Nordeste.

Não adiantam nada, Sr. Ministro, infelizmente, esses atendimentos emergenciais. Evidente, eles são imperativos da situação, da hecatombe, mas depois que passa isso, o Nordeste continua a sua via crucis de pobreza, de desgraça e de sofrimento.

Há uma única coisa a se fazer neste País preocupado com a dívida tremenda que tem para com o Nordeste — é tomar uma decisão política. O País precisa tomar uma decisão política em função do Nordeste. Nordeste que é honra nacional, Nordeste que não pode continuar sendo o maior bolsão de pobreza do mundo, num País realmente rico, num País que é capaz de construir Brasília.

Nós não reclamamos, ninguém reclamou quando o Brasil privilegiou o Centro-Oeste, construindo Brasília, e aqui investindo quase toda a massa de recursos. Nós não protestamos contra o que se fez em São Paulo, na construção do metrô e de tantas outras obras. Nós não protestamos quando se construiu o metrô do Rio de Janeiro, a Ponte Rio-Niterói, mas chegou a hora também de dizermos que não é possível mais esperar.

V. Exª falou em 40, em 35 anos. Ontem fiz um cálculo, de acordo com o crescimento, pelo censo de 80, nós estávamos com cerca de 35 milhões de habitantes, mas, num crescimento de 2,5% nós já ultrapassamos os 40 milhões. Então, nós somos 1/3 da população brasileira, vivendo numa região viável. Se se dissesse que o Nordeste não tem jeito, nós não podemos levar água daqui para lá... Se nós analisarmos, é evidente que não é uma comparação que se possa fazer, mas há países como a Itália com regiões pobres. Eu conheci o sul da Itália, pobre, desgraçada, faminto... Há pouco tempo voltei e verifiquei o plano que a Itália fez. Foi realmente uma mudança substancial, um plano a longo prazo, que, realmente, ainda está em fase de execução, que mudou a face daquele sul empobrecido, desgraçado da Itália.

Não vamos citar o vale do Tennessee, deserto terrível, mas que depois se transformou numa das zonas mais

prósperas. A Espanha com Badajoz, e toda aquela região, o trabalho admirável que lá se fez. Será possível que nós não façamos o mesmo no Nordeste que tem tudo? Porque o Nordeste, por incrível que pareça, é o primeiro rico, é que está pagando as contas do Brasil no exterior, é quem está ajudando, V. Exª pode verificar, todo ano, o Nordeste produz um número considerável de divisas, de sobra de divisas, porque não tem capacidade de importar. Por isso digo que não temos nada com esses 100 bilhões de dólares. O Nordeste tem o direito de exigir atenção do Governo e o Presidente José Sarney não pode fugir a esse dever.

Deus, pelos desígnios insondáveis, colocou na Presidência da República um homem do Nordeste para cumprir o programa de outro homem que tinha um compromisso de honra com o Nordeste. Então, nós temos a certeza de que essa decisão política será tomada. Eu vou ajudar o Governo, vou dar a minha colaboração. Já estou com uma emenda constitucional pronta, subscrita por 2/3 das duas Casas, regionalizando o orçamento.

Mas temos receios é do que acontecerá após a saída do Sr. José Sarney. Nele nós acreditamos, eu sou um homem da Oposição, mas tenho crença em Sua Excelência. Mas não pouparei as terríveis críticas nesta Casa, ou onde eu estiver, se realmente, ao término do seu mandato, S. Exª não se tiver investido da couraça de nordestino para realizar a esperança do Nordeste.

Estou apresentando um projeto regionalizando o orçamento, obrigando o Governo federal a aplicar 30% de toda a receita tributária da União, durante 30 anos, período que julgo necessário para colocar o Nordeste, não digo, *pari passu* com o Centro-Sul do País, mas, ao menos diminuindo a defasagem, diminuindo a distância e tirando, abolindo, escoimando aquela vergonha nacional. Essa é a contribuição.

Vejo também com esperança um homem jovem, à frente do Ministério do Interior. Sei da confiança que o Presidente Tancredo tinha em V. Exª, da esperança e da certeza que ele nutria sobre o seu trabalho. Ele recrutou para o Ministério do Interior um homem que ele tinha a convicção que executaria esse trabalho. V. Exª está também comprometido, V. Exª também está empenhado no compromisso de Tancredo, para a execução que Sarney irá fazer como nordestino.

Para mim não haverá fronteira, nenhuma barreira se erguerá — como homem de oposição — para ajudar o Governo na realização dessa tarefa.

Se o Governo tomar essa decisão política de resolver, de curar a chaga que é o Nordeste, de retirar essa vergonha nacional, de procurar ver que o Nordeste é realmente um atentado a sua própria honra, a continuação daquele *status* que lá está, V. Exª e o Governo federal tenham a certeza que contarão comigo em tudo que for necessário para que possamos resgatar aquela dívida de sangue, aquela dívida que pesa sobre todos os brasileiros; quando vemos que as providências para o Centro-Sul são rápidas, todos se unem e tudo se facilita, e nós verificamos que para o Nordeste as coisas são muito difíceis. Nas emergências as coisas chegam, mas depois é o esquecimento, depois é a espera de uma nova seca, depois é a espera de uma nova enchente, de uma hecatombe, de uma tragédia.

Desculpem-me eu ter dado uma colocação um tanto emocional às minhas palavras. É o meu estilo que não posso mudar depois que os cabelos embranqueceram, mas creia que, como o cantador da Paraíba, o Vila Novas e outros, que já estou pensando até na secção, na música que Elba Ramalho interpreta já falando na separação do Brasil. Ora, Deus nos livre que isto aconteça. Mas, esta colocação emocional é, sem dúvida alguma, o reflexo do drama da gente que está lá.

Sr. Ministro, ajude a tomar essa decisão, diga ao Presidente Sarney que o Brasil não o perdoará e o Nordeste o condenará para sempre, se Deus lhe tendo dado essa oportunidade, ele não tenha aproveitado para integrar o Nordeste à comunidade brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Agradeço a participação brilhante do Senador Lomanto Júnior e dou a palavra ao Ministro Costa Couto.

O SR. MINISTRO COSTA COUTO — V. Exª pode estar certo, Senador Lomanto Júnior, que a intensidade da prioridade do desenvolvimento do Nordeste na Nova República é do tamanho dessa emoção que V. Exª demonstrou e que a todos nós comoveu.

Acho que realmente o Nordeste vem sofrendo todos os males do subdesenvolvimento e mais um, o mal da desesperança, do desencanto. Nós queremos erradicar isso.

Quero dizer o seguinte, a decisão política foi tomada, ela foi decidida pelo candidato Tancredo Neves e pelo candidato José Sarney nas praças públicas, com o aval do povo, isto é irreversível. O que estamos fazendo no momento é colocar em prática essas prioridades, sair da retórica e partir para a ação.

Quero dar-lhe o testemunho, um pouco emocionado também, porque V. Ex^a me emocionou com as suas palavras, de que não vejo como o Brasil poderá romper a barreira do seu desenvolvimento sem resgatar o Nordeste e quero acrescentar que não é por conveniência da minha atual condição de Ministro do Interior, é por uma convicção que vem desde a adolescência. Eu entendo que o Nordeste é uma Região credora deste País, o Nordeste é credor... Por isso é que mencionei aqui antes que não se trata de caridade, o Nordeste realmente é credor deste País e é uma dívida que a União tem que resgatar com essa Região.

Quem conhece a história econômica deste País sabe disso. Sabe que o Nordeste foi o sustentáculo da economia nacional durante muito tempo, e que talvez sem a contribuição do Nordeste, a contribuição recente a que V. Ex^a se referiu, estou-me referindo à antiga, talvez nós não tivéssemos hoje no Brasil 1 milhão de quilômetros quadrados. Quer dizer a História também está a favor do Nordeste, mas, mais do que isso, é a inteligência que está a favor do Nordeste, o resgate da Região Nordeste, por suas peculiaridades, por suas riquezas atuais, por suas riquezas humanas, é indispensável ao futuro do desenvolvimento deste País.

Eu acho que não se pode pensar a sério num Brasil desenvolvido e democrático sem o Nordeste desenvolvido democraticamente.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o Senador Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, estou analisando a situação da Região Nordeste e as providências adotadas pelo Ministério de V. Ex^a, no que diz respeito às enchentes que se abateram sobre a nossa Região.

Não sei se se trata de um Estado do Presidente da República, que é o Estado do Maranhão, o relatório aqui vem muito abrangente acerca do Maranhão, inclusive colocando as soluções para cada município do Estado do Maranhão. Parece-me que, neste ponto, o Ministério do Interior teve o devido cuidado para com o Estado do Presidente da República ao dar a informação de município por município.

Mas, quanto aos demais Estados da Federação, Sr. Ministro, vem apenas superficial, como é o caso do Rio Grande do Norte, em que esse diagnóstico não corresponde à realidade. Aqui apenas se colocam 4 municípios em estado de emergência — quando isso não é o real — os municípios de Umarizal, Porto Alegre, Encanto e Várzea. Mas, não diz, Sr. Ministro, aqui, as providências adotadas de município por município, como é o caso da região do baixo Açu, da região do alto oeste do Rio Grande do Norte, que se incorpora à cidade de Mossoró, e quais as providências que foram adotadas em toda aquela região.

Lamento, profundamente, que não tenha o Ministério do Interior tido a devida preocupação de também fazer um balanço geral de todos os municípios atingidos pelas enchentes no Nordeste, apenas contemplando o Estado do Maranhão. O Estado do Maranhão vem aqui com todo o relatório geral de desabrigados, lavradores assistidos, município por município, gêneros alimentícios distribuídos, gêneros alimentícios a distribuir, em todos os municípios.

Mas, Sr. Ministro, lamentando, acredito que talvez V. Ex^a não tenha culpa, isso vai muito de assessoria, e talvez tenha havido uma falha de assessoria de V. Ex^a.

Eu gostaria de fazer aqui uma análise sucinta e dar respaldo a este homem valoroso, a esse brilhante Senador nordestino que cada vez mais me conquista e eu passo a ser seu fã, que é o Senador Lomanto Júnior, pela sua maneira de se expressar e como S. Ex^a coloca as coisas, com aquela emoção vívida de um Senador representante de

um Estado do Nordeste e como ex-governador do Estado.

A verdade é que aqui eu me sinto até de maneira tolhida porque estou diante das grandes figuras do Nordeste só ex-governadores, ministros de Estado, de V. Ex^a que é um homem que tenho informação da competência, da capacidade de trabalho, do estilo habilidoso que V. Ex^a tem para o trato da coisa pública.

A verdade, Sr. Ministro, é que fazendo essa abordagem, eu gostaria de dizer que o Nordeste é pobre e vive ainda hoje miseravelmente porque desde Getúlio Vargas que o Nordeste tem sido tratado com paternalismo. Desde Getúlio Vargas que só se olha para o Nordeste nos momentos das dificuldades, dos traumas, das enchentes e das secas.

As medidas, Sr. Ministro, sempre foram paternalistas e emergenciais, mas o Nordeste sempre foi rico e sempre foi muito importante para a política; ele sempre deu substanciamento a líderes políticos desta Nação; ele sempre deu uma dimensão para que se conquistassem postos elevados, em nome do Nordeste. Mas o Nordeste tem sido traído dramaticamente por compromissos assumidos e não cumpridos. Eu concordo quando V. Ex^a até disse uma frase: "O Nordeste não precisa de caridade". Eu, como Senador do Nordeste, repito a frase de V. Ex^a: o Nordeste não pode nem implorar a caridade.

O Nordeste o que realmente reivindica e eu, como Senador do Nordeste reivindico, são os seus direitos. Veja V. Ex^a que o Nordeste, a cada hora e a cada instante, é cantado e decantado por grandes lideranças políticas como o problema mais crucial desta Nação. Mas, um jornalista lá do Rio Grande do Norte, desculpe-me V. Ex^a, que não é nenhuma ofensa a V. Ex^a que está presente a esta Comissão, disse-me o seguinte, diante do quadro que ele relatava para o seu jornal, *O Diário de Natal*: "Parece-me que a nova República trocou de roupa, mas se esqueceu de tomar banho, porque está adotando as mesmas medidas da velha República". As medidas são as mesmas. Ora, se o Nordeste sofre com o paternalismo e pelos problemas emergenciais, o que devemos cobrar, então, do Governo? O compromisso.

Sou homem de oposição, hoje, nesta Casa, não porque queira estar na oposição, e sim porque fui levado para a oposição, porque fui derrotado democraticamente numa eleição que foi marcada com a participação popular, mas foi marcada muito mais ainda pela participação do Nordeste, que deu a Tancredo Neves a vitória.

Não fosse o Nordeste, Tancredo Neves não teria sido eleito Presidente da República, nem hoje José Sarney seria o Presidente da República, com a colaboração de todos aqueles governadores do Nordeste; que, participando da conjuntura da Velha República, traíram, e de maneira decisiva, deram a vitória ao Senador José Sarney que, hoje, é Presidente da República.

Então, o Nordeste, eu vejo, Sr. Ministro, que hoje, nunca, em momento algum, foi tão representativo quanto hoje. O Nordeste, que tem um filho como Presidente da República, se se for contar o número de Ministros que nós temos e os governadores que foram decisivos na vitória do candidato, hoje, mais uma vez, tem que pedir de mão estendida. Estou vendo os governadores, a cada hora e a cada instante, terem que subir o Palácio do Planalto, para estirar mais uma vez a mão ao Presidente da República e pedir providências para os seus problemas emergenciais.

Então, no momento em que V. Ex^a comparece à Comissão de Assuntos Regionais, porque V. Ex^a disse aqui que é preciso acreditar nas regras do jogo, eu perguntaria a V. Ex^a agora: quais são, realmente, as regras do jogo para com o Nordeste? O que se vai fazer, realmente, pelo Nordeste? Como vamos sanear as empresas falidas do Nordeste?

Ora, nós sabemos da existência, só no Rio Grande do Norte, se V. Ex^a for fazer um levantamento no Rio Grande do Norte, que eu não quero entrar na Bahia do meu querido Senador Lomanto Júnior, nem vou entrar no Ceará, de César Cals, de Virgílio Távora e de José Lins ou no Piauí, do Senador Adalberto Silva, mas só no Rio Grande do Norte, o número de empresas em estado falimentar ou de pré-falência é alto.

Sei que a Velha República será sempre penalizada pelos problemas, mas eu me lembro de uma frase também do saudoso Presidente Tancredo Neves, no plenário da

Câmara dos Deputados, numa entrevista coletiva em que se perguntou sobre o passado, de como ele o veria, qual seria a posição do Presidente Tancredo Neves acerca do passado.

Ele respondeu, e eu tenho isto gravado comigo:

"Meu filho, vamos esquecer o passado, vamos pensar no presente e no futuro."

Portanto, Ministro, acho que acredito em V. Ex^a até porque acredito nos novos valores, nas lideranças emergentes, naqueles que conquistam os postos por competência, por capacidade, por talento e V. Ex^a, Ministro, com a idade que tem, não é à toa que V. Ex^a chegou lá, é porque V. Ex^a, na verdade, tem competência para assumir o cargo de Ministro do Interior. Então, Sr. Ministro, eu perguntaria a V. Ex^a: quais as regras do jogo para o Nordeste? O que nós vamos fazer pelo Nordeste?

Esta é a minha indagação e não fique V. Ex^a depois pensando que o Senador Carlos Alberto aqui estará como homem de oposição tão-somente para fazer críticas ao Governo, não, até porque sou homem que entendo até hoje o que é um pé no chão, porque se assim não fosse não seria Senador da República.

Acho, inclusive, quando se discute um pacto político, sou daqueles que concordam com este, desde que venha a dar a contribuição decisiva para as soluções dos nossos problemas; desde que esse pacto político venha a dar a grande contribuição para que nós consolidemos a democracia plena que todos nós queremos para este País. Concordamos com o pacto político desde que este seja para minimizar os nossos problemas também, os problemas do Nordeste, porque, se hoje nós quiséssemos parar este Senado Federal, nós parariamos, Sr. Ministro. O Congresso Nacional pararia se a Bancada do Nordeste, hoje, se levantasse e fizesse o pacto do Nordeste; não só a Bancada do Senado Federal, mas a da Câmara dos Deputados. Não fazemos isso porque, na verdade, há compromissos político-partidários. Mas, se não fossem os compromissos político-partidários e se o Nordeste quisesse parar esta Casa legislativa, pararia, porque, na verdade, nós teríamos condições para tal coisa, mas não o faremos. A melhor opção para nós ainda é o bom-senso, é esperar que as coisas sejam resolvidas através do diálogo e, muitas e muitas vezes, vou procurar V. Ex^a para dialogar acerca do Rio Grande do Norte, do meu Nordeste.

Mas espero que V. Ex^a, como líder emergente (inaudível) possa atrair o Nordeste (inaudível) problemas emergenciais (inaudível) V. Ex^a possa voltar a esta Casa, dar aos Senadores do Nordeste aquilo que todos nós esperamos de V. Ex^a, a grande contribuição para tirar o Nordeste do estado de miserabilidade. O Nordeste é rico, V. Ex^a sabe que o Nordeste é o maior produtor de petróleo deste País. Se fosse um país seria independente. Nós produzimos, no Rio Grande do Norte, 90% de sal, (inaudível), a cana-de-açúcar, em grande parcela, é produção do Nordeste. O Nordeste é rico e o povo sofre. Por quê? Porque todos os programas são emergenciais e são paternalistas.

V. Ex^a tem um compromisso para com a minha geração no Nordeste, o que é um desafio para V. Ex^a e espero que V. Ex^a possa, então, dar esta grande contribuição para tirar o Nordeste do estado de dificuldade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — A Mesa agradece a contribuição do Senador Carlos Alberto e concede a palavra ao Ministro Costa Couto.

O SR. COSTA COUTO — Caro Senador Carlos Alberto, as mesmas esperanças que V. Ex^a deposita em mim, eu deposito em V. Ex^a, pelas mesmas razões que V. Ex^a alegou.

Devo dizer-lhe que a memória do Presidente Tancredo Neves, com quem tive ligação afetiva forte, ele dizia que não sabia se eu era o irmão mais novo ou o filho mais velho dele, essa memória será honrada e serão honrados os seus compromissos.

A decisão política de considerar o Nordeste uma prioridade nacional, essa decisão foi tomada pela Nova República e está sendo colocada em prática, não é uma conveniência de retórica.

Quanto ao paternalismo, eu subscrevo seus comentários. Houve muito paternalismo em relação à atuação

federal no Nordeste. Agora, houve também muitos acertos, inclusive tenho grande respeito por aquilo que fizeram os governos anteriores, muita coisa boa também se fez pelo Nordeste.

Nós não podemos adotar um enfoque apocalíptico e dizer que os governos anteriores, inclusive o governo anterior, particularmente, tenha somente errado no Nordeste. Acertou muito, muita coisa boa foi feita pela Região, muita coisa séria foi feita na Região. O Senador mesmo mencionou, por exemplo, a grande contribuição do Nordeste no que se refere à produção de petróleo, eu incluía refino e tudo o mais. O Senador Cesar Cals é autoridade no assunto, quer dizer, o esforço grande que ele mesmo lá fez. O Nordeste, não foi contemplado com obras mamutes, com obras gigantescas, realmente não o foi e o Senador Lomanto Júnior deu-nos aqui um testemunho patético a respeito, um testemunho emocionado de que o Nordeste não recebeu grande sobras, não foi contemplado com nenhuma delas. O Nordeste precisa mesmo é de milhares de pequenas obras, mas não apenas obras públicas. O que o Nordeste precisa mesmo é de apoio ao seu empresário, pequeno, médio e grande do setor primário, da indústria, no setor de serviço. Ele precisa mesmo é apoio, para revolucionar a sua estrutura agrária, e torná-la produtiva e capaz de proporcionar empregos permanentes para a sobrevivência das pessoas que ali estão. Só no semi-árido, temos 17 milhões de pessoas lá vivendo.

Nós, por exemplo, herdamos do que V. Ex^a chama de Velha República, uma velha tão próxima, hoje, estamos comemorando 2 meses de governo na Nova República, herdamos o trabalho pelo qual tenho o maior respeito, que é o Projeto Nordeste. Naturalmente, precisaremos fazer ajustes nessa programação, mas é um projeto de 12 bilhões de dólares, com apoio firme do Banco Mundial e do Banco Interamericano do Desenvolvimento, e com a contribuição sólida e substancial também da União.

Esse programa começa a ser executado, a curto prazo, em todos os Estados, inclusive na região mineira da SUDENE, contemplando, desde logo, o apoio ao pequeno produtor rural do Nordeste. São milhões de pessoas, são milhares de famílias pobres, sobretudo no semi-árido.

A idéia-chave é viabilizar a sobrevivência dessas famílias, lá onde elas sobrevivem com sacrifícios elevadíssimos que V. Ex^a conhece melhor do que eu. Então, é proporcionar-lhes a possibilidade da irrigação, é apoiá-las na comercialização dos eventuais excedentes de safra, é fazer chegar a elas mecanismos de apoio financeiro, é fazer chegar às regiões pobres infra-estrutura que realmente tornem cada área menos vulnerável a fenômenos como a seca e as enchentes. Mas nada disto teria sentido se conjugada a esse programa digamos de apoio ao setor produtivo não viabilizássemos, junto, programas na área de saúde e de educação, particularmente. Nós temos no Nordeste a maior massa de analfabetos do País. É preciso que a alfabetização também venha. Como se pode modernizar a agricultura no semi-árido, instalando alguns equipamentos mais modernos na área de irrigação, se quem vai usá-los sequer sabe ler?

Evidentemente, não temos vara de condão. O que a Nova República vai fazer é começar um trabalho sério e, muitas vezes, continuar um trabalho que vinha sendo sério. Não vamos ser injustos com os governos anteriores. Mobilizar-se para apoiar o setor privado, mobilizar-se para gerar emprego, mobilizar-se para revolucionar os órgãos federais que atuam na área. É preciso fortalecê-los, é preciso aprimorá-los, é preciso aproveitar o que a própria experiência devida por eles recomenda.

É o caso da SUDENE, por exemplo. A SUDENE foi criada em 1959, no Governo Kubitschek. O Senador Lomanto Júnior deve saber disso. O Presidente Tancredo Neves participou da criação da SUDENE. O seu amor pelo Nordeste era muito antigo, o envolvimento do Dr. Tancredo Neves com o Nordeste era algo que vinha de dentro, era um caso de amor. Isso é verdadeiro. Eu, como amigo pessoal dele, fraterno dele, posso testemunhar que o Dr. Tancredo Neves não acreditava num País desenvolvido com o Nordeste subdesenvolvido. Não era conveniência de retórica, não era conveniência, ao emitir S. Ex^a saudosos Presidente suas mensagens ao povo em praça pública, ou pelos meios de comunicação; era uma crença realmente muito firme do Presidente Tancredo Neves e V. Ex^{as} são testemunhas disso. Ele acreditava em um país desenvolvido com um Nordeste também de-

seenvolvido. Afinal de contas, é um terço da população e é uma região rica.

Convenhamos, Senador Carlos Alberto, cuja inteligência respeito há muito tempo, convenhamos que não foi a natureza, não foi a seca, não foram as enchentes, não foi o solo pouco profundo aqui mencionado, não foi a natureza, repito, que criou as distorções existentes no Nordeste, as distorções da estrutura social, a repartição de renda, realmente insatisfatória; não se trata de empobrecer os ricos, trata-se de enriquecer os pobres, mas a estrutura de renda é muito distorcida, com isto o mercado interno é muito acanhado. As empresas lá instaladas, que querem ter uma dimensão maior, têm que disputar mercado das regiões mais desenvolvidas e no exterior, em condições muitas vezes desfavoráveis, porque a infra-estrutura econômica e social deste País se concentrou em São Paulo; e, as facilidades de infra-estrutura econômico-social tornam a empresa paulista, de porte semelhante à nordestina, mais competitiva, em termos de mercado externo. A produtividade é maior. Tem-se toda uma infra-estrutura de energia, de comunicação, tudo que funciona em favor delas, enquanto no Nordeste, muitas vezes, o que temos que fazer mesmo é pioneirismo.

Agora, subscrevo integralmente sua condenação ao paternalismo. Se paternalismo resolvesse, o Nordeste era a região mais desenvolvida do País.

O SR. CARLOS ALBERTO — Sr. Presidente, apenas porque estou aqui com o ex-Ministro Cesar Cals, das Minas e Energia, e como o Ministro do Interior está presente e como são poucos os oradores inscritos, somente o Senador Virgílio Távora, eu gostaria de fazer uma reivindicação ao Sr. Ministro do Interior.

Ministro, o subsolo do Rio Grande do Norte, principalmente o subsolo da Região Oeste do Rio Grande do Norte é muito rico. O potencial de lençol d'água é dos maiores e como o Ministro Cesar Cals está aqui presente, eu gostaria de abordar o assunto, porque acho que o que há de mais drástico, de mais violento com o meu Rio Grande do Norte são as perfurações feitas pela PETROBRÁS para a busca do petróleo. Quando o petróleo não é encontrado, aquele poço que joga a água é que poderia dar uma grande contribuição para uma grande área de irrigação. Sr. Ministro, é selado, fechado e apenas dois ou três lá no Rio Grande do Norte conseguiram, porque não há financiamento, porque o custo é elevadíssimo, pelo menos são as informações que recebi, o custo é muito alto para o revestimento do poço e o pequeno ou médio produtor não tem financiamento, não tem condições para custear o revestimento daquele poço.

Agora, veja V. Ex^a uma coisa: na fazenda do pai do governador do Estado foram perfurados alguns poços e não deu petróleo, Sr. Ministro, deu água. Então, todos os poços foram revestidos, todos eles e lá está a fazenda, a maior produtora de melão, talvez, do Nordeste, exportando melão para o Sul e para o exterior.

Eu perguntaria a V. Ex^a: não poderia, então, o Ministério do Interior, em convênio com o Ministério das Minas e Energia naquela época, eu sei que o nosso Ministro tinha problemas com Petrobrás eu perguntaria a V. Ex^a, não é chegada a hora de fazer o financiamento, ou o Governo mesmo revestir esses poços a produção de irrigação numa área tão afetada como é aquela do alto Oeste do Rio Grande do Norte, onde todos os dias são perfurados poços petrolíferos?

É a indagação que faço a V. Ex^a, juntamente com um apelo para que V. Ex^a possa, então, ser o condutor deste trabalho, para que esses poços não sejam fechados, não sejam selados, ao contrário, sejam revestidos, e possam as populações ter a água para a irrigação de suas lavou-ras.

O SR. CESAR CALS — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Com prazer, apenas gostaria de dizer, e não sou expert no assunto, sei que V. Ex^a pode dar-me lições, que coloquei o assunto não sob o enfoque de crítica, pelo contrário, estou tentando contribuir para que possamos dar uma solução, pelo menos lá para o Rio Grande do Norte.

O SR. CESAR CALS — Entendo que V. Ex^a, nobre Senador Carlos Alberto, levantou um assunto importante. Vamos dizer o que se fazia no Governo anterior. Na

Nova República pode haver alguma solução diferente, mas, em termos de leigos, não estamos afirmando que as soluções eram as melhores possíveis. Mas, na realidade, nós vivíamos um problema, naquele momento — e tenho que reconhecer — em que o econômico tinha prevalência sobre o social. No Governo do Presidente João Figueiredo recebeu o País um segundo choque nos preços do petróleo, numa grave crise econômica em que o assunto mais importante era a dívida externa. Hoje isso já passou. A dívida externa está, em termos de equação, porque na importação de petróleo saímos de um milhão de barris por dia para 400 mil. Esse fato gerou uma economia de mais de 7 bilhões de dólares por ano, só na conta petróleo.

O aspecto econômico era muito grave, porque não se podia pensar em moratória, uma vez que a moratória levava a não ter créditos. “Devo não nego, pago quando puder! Mas também não tenho mais dinheiro emprestado”. E não tendo crédito, parava o Brasil, porque sem petróleo o Brasil não poderia progredir, por causa da agricultura, das indústrias, transportes, fogão a gás. Enfim, era inviável dar-se prioridade ao social. Reconheço que se deu prioridade ao econômico.

Na verdade, nós salientamos à PETROBRÁS que todos os poços que se frustraram em termos de encontrar petróleo, deveriam ser colocados à disposição, ou do governo estadual ou do proprietário. A PETROBRÁS é que não poderia, como empresa, também fazer água. Ela fez a perfuração, mas dali para transformar um poço em produtor de água, teria que ser um outro órgão que não a PETROBRÁS, ou dos governos estaduais ou do proprietário do local onde foi perfurado o poço. Essa foi a orientação que demos.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas aí, Senador, estava certo ser colocado à disposição, só que o cidadão não tinha como fazer o revestimento. Nossa sugestão é no sentido de que o Ministério do Interior faça esse trabalho, porque há falta de recursos para revestimento de poços em propriedades particulares. Isso poderia, em parte, até solucionar o problema de pequenos e médios produtores em várias regiões do Rio Grande do Norte ou do Nordeste mesmo.

O SR. CESAR CALS — Estou falando sob o enfoque da PETROBRÁS e do Ministério das Minas e Energia. É claro, alguém pode usar o poço, não vai indenizar a perfuração. Daí em diante, para produzir água, tem que ser um outro órgão. Pode ser o DNES, pode ser o DNOCS, pode ser, enfim, o proprietário, pode ser o governo do Estado. Essa a orientação que foi dada no Ministério.

Mas, aproveitando, porque ele falou em subsolo rico, uma idéia que eu sempre tive, e que gostaria de colocar em apenas 5 minutos, porque o tempo já vai avançado, eu sempre pensei, como disse, que a seca tem três efeitos principais, a falta de água, a falta de alimentos e a falta de trabalho, de empregos. Sempre pensei no tipo de empresa que tivesse duas atuações, na pecuária ou na agropecuária, e na mineração, porque nesta quanto menos chuva melhor. Então, o Governo precisaria apenas garantir a compra da produção mineral por um preço mínimo para colocar no mercado futuro, quando acontecesse.

É uma idéia que eu sempre tive, e aproveite a oportunidade somente para colocar, não pedindo nenhuma informação a V. Ex^a, no aparte que estou dando ao pronunciamento do Senador Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Então, faço um apelo a V. Ex^a para que o seu Ministério olhe com bons olhos para o problema dos poços frustrados da PETROBRÁS.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Ministro, em homenagem à exposição de V. Ex^a, que achamos lúcida e honesta, vamos falar muito pouco, porque acho que V. Ex^a já recebeu aí verdadeiras aulas sobre o Nordeste, hoje.

Assim, em primeiro lugar, o programa emergencial. Dias depois de V. Ex^a percorrer o Nordeste — naturalmente o Ministro o percorre de helicóptero e o Legislativo, por terra tivemos a chance de fazer, dentro do Estado, a mesma caminhada e aí, a primeira observação que foi levantada pelo ex-ministro Cesar Cals. Não é possível se pedir milagres, mas, justamente, é um espetáculo doloroso o que se vê, a promiscuidade dessas famílias todas

retiradas de suas casas, as mais afortunadas cozinhando debaixo de barracas, e sabe V. Ex^a o calor que concentra as mesmas, e principalmente os grupos pois até em baías de exposição de animais existem pessoas. De maneira que dizemos que, nesta parte, reconhecemos que o Governo federal procurou agir da melhor maneira possível.

Gostaríamos que V. Ex^a lesse o pronunciamento que fizemos a respeito e que foi detalhado, e aqui não nos vamos estender. Os relatórios que vêm aqui são pouco informativos. Sabe V. Ex^a que ocupamos cargos executivos, como a maioria dos representantes aqui e na prática sabemos que a situação é diferente. A falta de remédio é muito grande. Quem lhe disser o contrário está enganando-o. Aqui apenas uma contribuição que fazemos.

Ficamos muito satisfeitos em saber dessa mui generosa contribuição de 51 bilhões de cruzeiros, e mais 39 prometidos. Realmente, isso deveria ser melhor divulgado pelos Srs. porque as populações que lá sofrem reclamam bastante.

V. Ex^a esteve no Vale do Jaguaribe e deve ter tido acesso a algumas daquelas cidades que estavam ilhadas porque V. Ex^a utilizava helicóptero. V. Ex^a pôde observar melhor que nós que fizemos o mesmo percurso um pouco mais modestamente, de caminhão, de carro de boi, e de canoa pelos alagados.

Ministro, os alimentos também não chegam com a prestimiosidade com que se deduz da leitura desse relatório. Isso também é uma contribuição, uma reclamação, porque ninguém morreu de fome, isso é verdade, mas há lugares em que sentimos muita carência. E não gostamos de deixar nada no ar, principalmente no plano da alimentação.

A cidade de Itaicaçaba, por exemplo, foi toda ela evacuada para um lugar bonito, no alto, lá havia o que chamamos de racionamento. Vimos, também, e, Ministro, vamos dar um aval às informações do ex-Ministro César Cals, o drama por que estão passando aquelas famílias, aquele pessoal que, devido ao excesso de precipitação pluvial, teve todas as suas plantações arrasadas. Eles não estavam na margem do rio, mas tiveram as plantações arrasadas. Esses não foram atendidos e sofrem a mesma fome como se tivessem suas casas sido destruídas, suas plantações levadas pela corrente. O que sucedeu, principalmente no Ceará, foi que a terra encharcou, "beijou", como nós chamamos e eles perderam completamente a sua produção.

Outro assunto seria justamente — veja V. Ex^a que estou procurando ser o mais sintético possível para não abusar de seu tempo — nessa parte emergencial aqui, a parte do sustento dessa gente. Quando acabar essa distribuição de alimentos, e de medicamentos, como é que essa gente vai viver, do momento atual até começar a colher um novo replantio? Uma interrogação que deixamos à sua meditação, certo de que encontrará a melhor solução possível.

Nós temos muitas restrições a bolsões de trabalho. Sabe V. Ex^a que, embora um dos poderes do Governo, da administração passada, sempre fizemos uma restrição à maneira como, no fim do atendimento da seca, foram distribuídos esses bolsões de trabalho. Muita discriminação e, ao mesmo tempo, muito dinheiro do Governo Federal num emprego, talvez menos eficiente para a própria assistência ao flagelado pela calamidade.

Gostamos de ouvir falar V. Ex^a na recuperação do Nordeste, na recuperação econômica, no apoio à iniciativa privada. V. Ex^a vai ter uma ocasião excelente para isso, Ministro. Como eu disse, apreciei isso em exposição, embora ache extraordinariamente otimista. Não lhe quero tirar o humor do dia, hoje, porque reconheço que o Nordeste já lhe está devendo alguma coisa. Precisa dever muito mais, mas já lhe está devendo alguma coisa.

Mas, Ministro, um pequeno exemplo histórico. Nós eramos líder, no Governo Geisel, naquele tempo, para assuntos econômicos e pusemos toda a influência junto a Mário Henrique Simonsen para uma linha especial de crédito. O Senador César Cals se lembra bem do que seja isso, e o Senador Lins, idem. Foi uma "África" conseguir 350 milhões, e sobre isso é que o estou alertando, para as dificuldades que V. Ex^a terá logo depois da parte emergencial, para locar recursos, sem embargo da boa vontade, reconheço, do nosso Presidente, hoje em dia, além dos compromissos do falecido, ter, ainda, um compromisso bem maior com a terra que o viu nascer. Tudo

isso é muito bonito, mas a realidade é o que V. Ex^a vai ver por essa exposição rapidíssima que nós lhe estamos fazendo. Eram trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros para levantar as principais indústrias que estavam todas na falência. Depois se estendeu, por ação do próprio Ministro, a todo o Nordeste, 1 bilhão e 200 milhões. Foi um Deus nos acuda a reação de todos os escalões burocráticos do País. Quatro meses depois, fomos convidados, pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro do Planejamento, para defender a atuação do Governo num caso — não vou citar agora — de um Estado sulino em que uma empresa de porte médio, não era uma grande empresa, tinha recebido investimentos públicos da ordem de grandeza de 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros. Quer dizer, uma vez e meia o que se estava dando ao Nordeste.

Ministro, o Projeto Nordeste — e V. Ex^a se prepare porque desejamos, pelo menos, os nordestinos, nos abeberarmos bastante da sua verdadeira idéia sobre ele, não agora, mas quando V. Ex^a vier aqui convocado — envolve, e é uma grande fraqueza dele, recursos da ordem de grandeza — diz V. Ex^a — de 12 bilhões de dólares em 15 anos. Pois bem, a contrapartida brasileira disso são 47%, se não me engano. A variação é mínima, porque isso aí, nas discussões que os Senhores tiveram, variou um pouco. Pois bem, Ministro, V. Ex^a vai ficar de cabeça branca para arranjar essa participação. O Projeto Nordeste é cópia, elevado, naturalmente à escala regional, do projeto que assinamos com a mesma instituição, com o Banco Mundial, V. Ex^a deve saber bem. Foi até grande parte obra desse Senhor que está lá governando o Estado, quando meu Secretário de Planejamento. Não tiramos o mérito de quem tem. Ministro, quando o Governo federal atrasava um dia — e isso é um alerta — na parte da contrapartida, como eles chamavam, o Banco Mundial, atrasava meses em função disso. Vejo que V. Ex^a nos acena — e aí vai ser um pouco de advogado do diabo — com uma decisão de 2 trilhões de cruzeiros para a recuperação do Nordeste, isto é, mais do que o primeiro ano do Projeto Nordeste que é de 1,7 bilhão de dólares. V. Ex^a está vendo que se eu divido por dois dá aproximadamente um pouquinho mais. A parte naturalmente nacional disto. Pois bem, Ministro, V. Ex^a assistiu à exposição, quando reunido com seu Chefe e seus Ministros, seus colegas, do titular da Fazenda perante o Presidente José Sarney e depois a repetição dela, teve notícias, aliás bem sucedido perante a Câmara, apesar dos apartes furiosos de alguns de seus correligionários. Ministro, naquele fluxo de caixa, V. Ex^a vai ter que encaixar isto e muito mais coisas, porque não consta um tostão.

Mais ainda, Ministro, há um ponto em que V. Ex^a, como advogado do Nordeste — e vamos terminar aí, prometendo ser sintéticos — deve ficar muito alerta, é a generalizada tentação que tem hoje o meio burocrático brasileiro, ou o técnico burocrata brasileiro de fazer uma revisão nos incentivos. O Nordeste, absolutamente, não pode nem admitir conversar sobre o assunto. E V. Ex^a, não quero constrangê-lo mas, pertencendo ao Governo, sabe que essa idéia não está vitoriosa ainda, mas está sendo bem considerada dentro do segundo e terceiro escalões.

E, finalmente, Ministro, gostaríamos bastante de fazer um apelo para que V. Ex^a, através dos seus entendimentos com o Ministro Aureliano Chaves, fizesse para o Nordeste, o que, no tempo do Presidente Figueiredo, nós conseguimos com Shigeaki Ueki para o Ceará, isto é, V. Ex^as recuperarem essa malha rodoviária com a PETROBRÁS fornecendo o asfalto, para ser pago, está claro, ou ao DNER ou aos Estados, conforme a estrada seja estadual ou federal, pois municipais praticamente não existem estradas asfaltadas. O DNER e os Estados entrariam com a parte da mão-de-obra e do maquinário. A grande malha rodoviária que tem o Ceará, sucessão do esforço de nossos antecessores, inclusive, aqui, à minha orelha direita, foi justamente feita não por milagre. O Ceará não poderia ter uma malha rodoviária maior do que Pernambuco, maior do que qualquer outro Estado do Nordeste, a não ser no "fiado" da PETROBRÁS.

Eram essas as achegas que gostaríamos justamente de dar e fazer um apelo a V. Ex^a — este bem sério — para que, com sua influência, junto à Presidência desta Casa, à Liderança do Governo, faça com que, rapidamente, ande esse requerimento que convoca V. Ex^a, aliás um beau geste, para discutirmos francamente, em termos civilizados, o Projeto Nordeste, as suas implicações, aqui-

lo que nós achamos que está um pouco teórico, aquilo que está afastado. O que V. Ex^a disse há pouco sobre a iniciativa privada, como sendo a básica, seja para a irrigação, seja para o levantamento dessas indústrias, seja para a agropecuária, contraditadas que são bastante, pelo menos na versão que possuímos desse Projeto Nordeste, tudo isso nós discutiríamos com um desejo não de crítica, mas com o desejo justamente de ver o melhor para uma região que, como a eloquência do Senador Lomanto Júnior diz, durante tanto tempo, está realmente esperando que compromissos sejam saldados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Com a palavra o Ministro Ronaldo Costa Couto.

O SR. COSTA COUTO — Senador Virgílio Távora, estarei, independentemente da data, que aguardarmos, também ansiosamente, e agradeço inclusive ao ex-Ministro, Senador Cesar Cals, pela iniciativa da oportunidade, para mim, inclusive, de aprender mais, independentemente disso, estarei à disposição de V. Ex^a, no Ministério do Interior, ou onde V. Ex^a julgar melhor, para conversarmos sobre o Nordeste, para eu continuar aprendendo com V. Ex^a sobre o Nordeste. Nós já temos feito isso em algumas ocasiões, para alegria minha. Vejo que parece cada vez mais viável a idéia levantada pelo Senador Alberto Silva de engajarmos a PETROBRÁS nesse programa de recuperação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — (Inaudível) Não, essa daí eu fiz. Não há segredo algum. Foi feito e o Estado conseguiu pagar, não sei se está devendo novamente, mas conseguiu pagar. (Risos.) E foi feito às escondidas do Ministro Cesar Cals... (Risos.)

O SR. COSTA COUTO — Igualmente isso me parece algo bem concreto e nós vamos tratar de viabilizar. Hoje, ainda, nós vamos falar com o Ministro Aureliano Chaves para obter de S. Ex^a o apoio para levar isso adiante.

O importante é que essas obras comecem logo. Já com relação a moradias, no caso de recuperação de casas, que isto se faça em regime de mutirão. Infelizmente, a estiação devolve as casas com as estruturas estragadas, mas nós temos muita esperança, sem otimismo exagerado, com muito realismo, com o pé no chão, de resolver direito esse problema de recuperação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Falando em fazer direito, apareça bastante Ex^a, porque nada como o olho do dono, e aqui não está falando a oposição. V. Ex^a sabe perfeitamente, maxime quando V. Ex^a vai ter que distribuir recursos para municípios, que o prefeito é que sabe perfeitamente a obra máxima de casas, da infra-estrutura da cidade que está arrebatada. Não vai ser o Governador nem Superintendente da Sudene que entenderá disso. Um conselho de amigo, compareça bastante lá.

O SR. COSTA COUTO — É o que pretendo continuar fazendo. Acho isso imperioso.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O olho do dono é que engorda o cavalo.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Meu caro Ministro, eu acho que chegamos ao fim dos nossos trabalhos. Creio que V. Ex^a teve uma pequena idéia sobre a problemática desta Comissão.

A Comissão, evidentemente, não cuida apenas do problema do Nordeste. É uma Comissão de Assuntos Regionais, comissão do interior, aliás, e tem obrigação de dar parecer sobre todos os projetos referentes a qualquer das regiões do País e o instrumento do Executivo adequado para tratamento desse problema, evidentemente, é o Ministério do Interior.

V. Ex^a deve ter sentido o grande manancial de experiência daqueles que compõem esta Comissão. São homens que, além da experiência parlamentar têm a longa vivência dos problemas administrativos, cada um em suas áreas. Aqui mesmo V. Ex^a viu serem citados os nomes de vários ex-governadores, alguns dos quais não ocuparam o cargo por uma única vez, mas por mais de uma vez.

Na verdade, Sr. Ministro, havia uma grande expectativa quanto à presença de V. Ex^a nessa situação de emergência. Nós saímos de 5 anos de seca e estamos, agora, já com dois anos de invernos calamitosos; as cheias, hoje, são um dos maiores problemas da Região. E veja V. Ex^a

a quantidade de água que está se perdendo numa região pobre, carente de água. Quinhentas cidades passaram sede durante os anos de seca. Agora, muitas dessas cidades são imundadas. É evidente, Sr. Ministro, que o problema do Nordeste não é a falta de d'água. O problema do Nordeste é a falta de uma estrutura consistente de programação de governo, com o objetivo de superar essas dificuldades, inclusive resolvendo os dois problemas ao mesmo tempo. Época de águas demais e épocas de falta de água indicam, claramente, que há necessidade de um programa de previdência, de estudo da disponibilidade dos recursos hídricos da Região, o represamento desses recursos e o aproveitamento desses recursos para a economia e para a economia e para o bem-estar da comunidade nordestina.

V. Ex.^a fez referência a que eu sou encantado pela irrigação. Não, eu não sou encantado pela irrigação. A irrigação é uma consequência. Eu sou um batalhador por uma programação de governo, consistente e consciente, transparente para a Região. Eu vejo esse problema que nos traz calamidades sobre calamidades, quando as duas coisas poderiam, se resolvidas juntas, ser anuladas. Então, não é só água para a irrigação, é água para abastecimento humano, porque as populações passam sede nas épocas de carência, é água para a indústria, é água para a agricultura, porque é impossível, Ministro, nós termos desenvolvimento do Nordeste se não tivermos uma agricultura razoável, e nós não podemos fazer agricultura razoável correndo os riscos que hoje corremos; riscos em parte desnecessários porque a previdência quanto aos recursos hídricos pode superar em muito essa dificuldade que é uma das maiores do Nordeste.

Falou-se sobre o problema da indústria, e V. Ex.^a ouviu, e certamente reconhece, que há um consenso quanto às dificuldades do setor industrial. Então, não é dificuldade apenas da agricultura, e dificuldade da economia. E por quê? Porque as indústrias, muito bem levadas para a Região através de um sistema de incentivos que hoje estão até sob a mira de serem cortados, são indústrias que

não contam, ainda, com um mercado regional capaz de fornecer matéria-prima e sustentá-la, quanto à abertura melhor de mercado.

O Nordeste, Sr. Ministro, em 1978, importou 5 bilhões de dólares do Centro-Sul, tanto quanto o Governo federal estava importando do exterior. E por que ainda nós não produzimos carne, arroz, milho, feijão, verduras, leite, para suprir as nossas necessidades. Impossibilidade, não, de modo nenhum! Apenas falta de estrutura. Em todo o País que tem região seca sempre se tende a corrigir essas deficiências e em muitas áreas tem havido sucesso. Eu até citei há pouco tempo que o problema de recuperação ou de reintegração de terras que têm deficiências naturais é um problema generalizado do mundo todo. A Itália, como citou o nobre Senador César Cals, instituiu um programa de recuperação de terras pantanosas que equivalia a entregar, a fundo perdido, aos proprietários 70% do custo das obras, a financiar os outros 30% a 30 anos de prazo de 2% de juros. Por quê? Porque está-se recuperando um patrimônio nacional que não vai servir só a esta geração, vai servir a todas as gerações futuras, e essas gerações vão através disso, se integrar no processo de desenvolvimento econômico e, afinal de contas, participar da economia e do bem-estar do País.

Veja V. Ex.^a, no Centro-Sul, no Centro-Oeste, no Sul do País, a natureza foi entregue ao homem completa. Ela não o castiga, ela não está vulnerada. Então, é, preciso que a natureza seja corrigida no Nordeste, antes que o homem possa atuar sobre ela. Não é favor nenhum do Governo recuperar terras do País para entregar à economia Nacional. Por isso, quando se fala em subsídio, eu distingo, subsídio nem sempre é paternalismo, às vezes é uma necessidade fundamental.

Mas, não quero alongar-me, sei que V. Ex.^a está premiado pelo tempo, porque 17 milhões de nordestinos esperam pela ação de V. Ex.^a, mas 300 índios, que são nossos irmãos, estão à espera de V. Ex.^a, lá no Ministério, sei que V. Ex.^a está angustiado pela questões da sua pasta.

Mas, como última consideração, e sem querer tomar o tempo de V. Ex.^a, eu queria dizer que esta Comissão tem um missão a cumprir, sobretudo neste Governo, da abertura democrática, neste Governo das esperanças novas da República nova e nós estamos imbuídos do melhor propósito de criticar V. Ex.^a, no bom sentido, mas também de cooperar com V. Ex.^a. V. Ex.^a vai ter problemas sérios, como disse o nobre Senador Virgílio Távora, para conseguir que o Governo federal, depois que aprova os seus próprios programas, faça o que é essencial, os desembolsos. Porque V. Ex.^a nada fará sem o apoio desses recursos. E digo mais, Ministro, o Nordeste não precisa mais de programa. Já está com tanto programa bom que basta escolher os melhores. É ao fazer o remédio, como diz o Senador Cesar Cals. Mas, esses programas todos estão sendo desmoralizados, através do tempo, pela falta de recursos. As idéias são boas, mas são desmoralizadas, exatamente, no momento da execução. E depois que são desmoralizadas, o Governo dá o tiro de misericórdia e acaba com elas.

O SR. — Poderíamos convidar o Sr. Ministro do Planejamento também.

O SR. PRESIDENTE (José Lins) — Isso nós podemos fazer. Vamos convidar o Ministro Sayad para vir também a esta Comissão, quem sabe poderiam vir os dois juntos?

Mas eu quero dizer a V. Ex.^a que esta Comissão agradece a sua presença. Agradece a sabe que V. Ex.^a vai fazer tudo para ajudar a resolver os problemas fundamentais dessas regiões mais pobres. Mas também V. Ex.^a pode contar com o nosso apoio, com a nossa cooperação e sobretudo, com a grande experiência dos meus pares que aqui estão e que podem muito cooperar para ajudar o Governo.

Muito obrigado a V. Ex.^a (Palmas.)